AJES - FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE DO JURUENA CURSO: BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: UMA CONTRIBUIÇÃO NO RAMO DE SUPERMERCADO

Autora: Tatiane Raquel Rodrigues

Orientadora: Ms Ahiram Cardoso Silva Lima

AJES - FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE DO JURUENA CURSO: BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: UMA CONTRIBUIÇÃO NO RAMO DE SUPERMERCADO

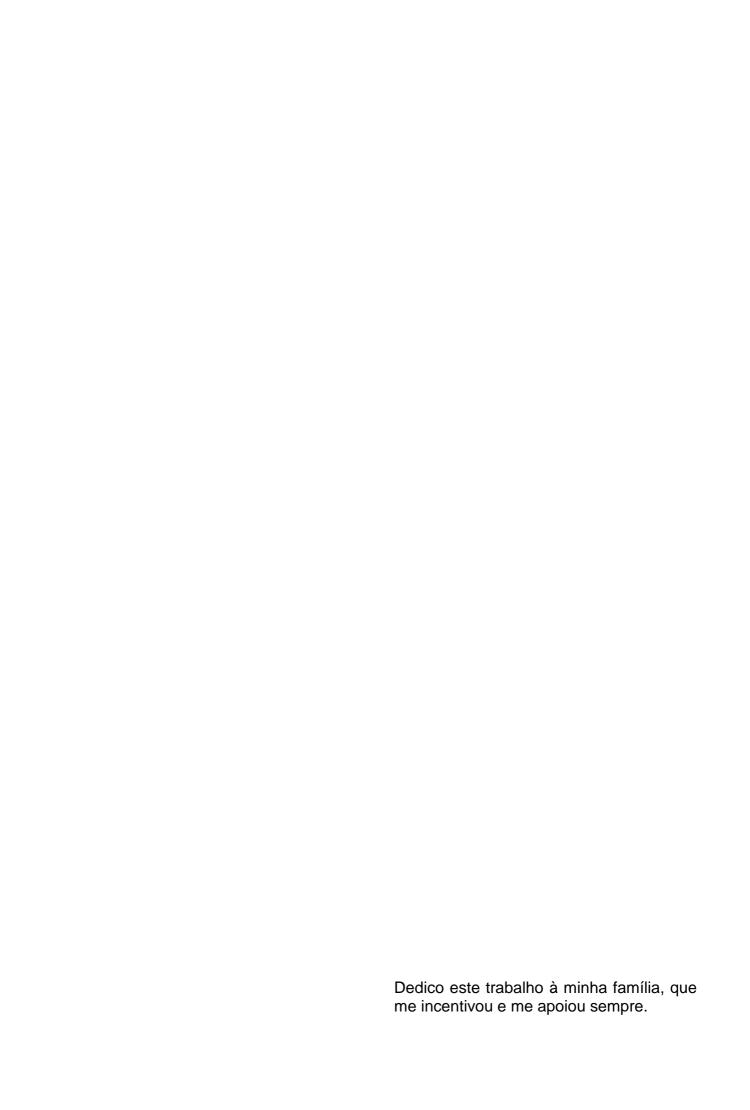
Autora: Tatiane Raquel Rodrigues

Orientadora: Ms Ahiram Cardoso Silva Lima

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, da Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Ciências Contábeis.

AJES - FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE DO JURUENA CURSO: BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

BANCA EXAMINADORA
Ms Cleiva Schaurich Mativi Membro
Ms Cynthia Cândida Corrêa Membro
ORIENTADORA Ms Ahiram Cardoso Silva Lima



AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu força para conseguir chegar até o final dessa jornada.

A minha família: minha mãe, meu pai, que me incentivaram sempre.

Aos meus amigos e a todos aqueles que contribuíram e me compreenderam nesse período tão difícil.

Agradeço a minha orientadora Professora Ms Ahiram Cardoso Silva Lima, que me incentivou e me auxiliou em todos os momentos.

O lucro do nosso estudo é tornarmo-nos melhores e mais sábios. <u>Michel de Montaigne</u>

RESUMO

A pesquisa descrita neste trabalho objetivou identificar e descrever os indicadores mais adequados para a análise de desempenho econômico-financeiro de supermercados. Para tanto, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: (i) realizar uma revisão da literatura a fim identificar os indicadores econômicofinanceiros indicados para a análise de empresas no ramo de supermercado, (ii) apontar um conjunto de indicadores que seriam os mais adequados para gerar informações relevantes para os administradores de supermercado. Utilizando-se da pesquisa bibliográfica, documental, e do estudo de caso, chegou-se ao resultado desta pesquisa, apresentam-se os indicadores que poderiam ser os mais adequados para a análise econômico-financeira de supermercado. A seleção final teve como critérios (1) a utilidade das informações geradas para os gerentes, e (2) a praticidade e disponibilidade de dados para o cálculo dos índices. A partir dessa pesquisa, identificou-se que alguns dos indicadores econômico-financeiros apresentados pelos diferentes autores pesquisados podem ser utilizados na análise econômicofinanceira de supermercados. O conjunto inicial de índices foi então analisado e observou-se a necessidade de excluir alguns a fim de gerar informações econômicofinanceiras específicas para o caso de supermercado, em especial para os gerentes desses supermercados. As informações emanadas das análises das demonstrações contábeis contribuem para o controle das empresas no ramo de atividade de supermercados, porém, os empresários do ramo de atividade de supermercados desconhecem o poder da informação oriunda das análises das demonstrações contábeis.

Palavras-chave: Análise Econômico-Financeira; Indicadores; Supermercado.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Balanço patrimonial padronizado (Ativo)	45
Quadro 2: Balanço patrimonial padronizado (Passivo)	46
Quadro 3: Demonstração do resultado padronizada	47
Quadro 4: Análise vertical do ativo	48
Quadro 5: Análise vertical do passivo	49
Quadro 6: Análise horizontal do ativo	50
Quadro 7: Análise horizontal do passivo	51
Quadro 8: Análise vertical da DRE	52
Quadro 9: Análise horizontal da DRE	53
Quadro 10: Índice de liquidez geral	54
Quadro 11: Índice de liquidez corrente	55
Quadro 12: Índice de liquidez imediata	55
Quadro 13: Índice de liquidez seca	56
Quadro 14: Participação de terceiros	57
Quadro 15: Composição de endividamento	58
Quadro 16: Imobilização do capital próprio	58
Quadro 17: Imobilização dos recursos não correntes	59
Quadro 18: Prazo médio de renovação dos estoques	60
Quadro 19: Prazo médio de recebimento das vendas	61
Quadro 20: Prazo médio de pagamento dos fornecedores	62
Quadro 21: Rentabilidade do capital próprio	63
Quadro 22: Rentabilidade do ativo	63
Quadro 23: Margem líquida	64
Quadro 24: Giro de ativo	65

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Contextualização	10
1.2 PROBLEMA DA PESQUISA	11
1.3 HIPÓTESES	11
1.4 OBJETIVOS	12
1.4.1 Objetivo geral	12
1.4.2 Objetivos específicos	12
1.5 DELIMITAÇÃO DO TEMA	13
1.6 JUSTIFICATIVA	13
1.7 ESTRUTURA DO TRABALHO	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 CONTABILIDADE	16
2.1.1 Usuários das informações contábeis	19
2.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	20
2.2.1 Balanço patrimonial	20
2.2.2 Demonstrações do resultado do exercício	22
2.2.3 Demonstrações de lucros ou prejuízos acumulados	24
2.2.4 Demonstração das mutações do patrimônio líquido	25
2.3 A ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	26
2.3.1 Análises vertical e horizontal	27
2.3.1.1 Vertical	28
2.3.1.2 Horizontal	29
2.3.2 Indicadores econômicos e financeiros	30
2.3.2.1 Índices de liquidez	31
2.3.2.1.1 Índice de liquidez imediata	31
2.3.2.1.2 Índice de liquidez corrente	32
2.3.2.1.3 Índice de liquidez seca	32
2.3.2.1.4 Índice de liquidez geral	33
2.3.2.2 Índices de endividamento	34
2.3.2.2.1 Participações de Terceiros	34

2.3.2.2.2 Composição de endividamento	35
2.3.2.3 Índices de Estrutura	35
2.3.2.3.1 Imobilização dos recursos não correntes	36
2.3.2.3.2 Imobilização do patrimônio líquido	36
2.3.2.4 Índices de rentabilidade	37
2.3.2.4.1 Retorno sobre o ativo	37
2.3.2.4.2 Margem de Lucro	38
2.3.2.4.3 Giro do ativo	39
2.3.2.4.4 Retorno sobre o patrimônio líquido	39
2.3.2.5 Índice de atividade	39
2.3.2.5.1 Prazo médio de estocagem	40
2.3.2.5.2 Prazo médio de pagamento a fornecedores	40
2.3.2.5.3 Prazo médio de venda (PMV)	41
3 METODOLOGIA	42
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	42
3.2 População e amostra	43
3.3 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	43
4 ANÁLISE DE DADOS	44
4.1 RESULTADOS	44
5 CONCLUSÃO	66
REFERÊNCIAS	68

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A competitividade toma conta do mercado, nota-se que muitas empresas encontram dificuldades e acabam até mesmo sendo excluídas do meio por não conseguirem tomar as decisões baseadas em informações contábeis corretamente. Por essa falta de informações as empresas não conseguem administrarem seus recursos financeiros.

A análise das demonstrações contábeis é um instrumento de grande importância para avaliar a situação econômico e financeira de uma empresa. Pensando dessa forma, a contabilidade e as demonstrações contábeis são peças fundamentais para a tomada de decisões, tornando as empresas mais sólidas e competitivas no mercado atual.

Conforme Matarazzo, (2008, p. 15):

As demonstrações financeiras fornecem uma série de dados sobre a empresa, de acordo com regras contábeis. A Análise de Balanços transforma esses dados em informações e será tanto mais eficiente quanto melhores informações produzir.

A relevância das demonstrações financeiras é indiscutível, suas informações interpretadas podem e muito contribuir para sobrevivência das empresas, bem como, a tomada de decisão nas mesmas.

O presente trabalho foi focado em apresentar uma grande empresa do cenário nacional, e ainda identificar a importância da análise de índices como fatores que contribuem para a tomada de decisão nas empresas.

O trabalho apresentado refere-se a utilização dos índices de avaliação e desempenho como importante meio para tomar decisões pertinentes a empresa e seus objetivos.

1.2 Problema da pesquisa

Segundo Silva (2008, p. 45) problemas "São fenômenos ou fatos que ainda não possuem explicações ou soluções, e são objeto de discussão, na área de domínio do conhecimento em estudo. É o cerne da questão a ser estudada."

Já Roesch (1999, p. 91) no que tange a formulação do problema da pesquisa, comenta:

Um problema a ser definido tanto a partir da observação, como da teoria, ou ainda de um método que se queira testar. No contexto de um projeto de pratica profissional, um problema é uma situação não resolvida, mas também pode ser a identificação de oportunidades até então não percebidas pela organização.

Diante do exposto propõe-se a seguinte indagação como forma de indagação a pesquisa:

Como as análises das demonstrações contábeis podem contribuir para as empresas do ramo de atividade de supermercados?

1.3 Hipóteses

Segundo Cervo (2002, p. 86):

Em termos gerais, a hipótese consiste em supor conhecida a verdade ou explicação que se busca. Em linguagem científica, a hipótese equivale, habitualmente, à suposição verossímil, depois comprovável ou denegável pelos fatos, os quais hão de decidir, em última instância, sobre a verdade ou falsidade dos fatos que se pretende explicar.

Beuren (2006, p. 99) sobre hipóteses, afirma ainda que:

A partir da identificação do assunto e da delimitação do tema que se deseja investigar no trabalho monográfico, tem-se como passo seguinte a formulação do problema, para qual se vislumbram prováveis soluções. Depois de formulado o problema de pesquisa, é preciso que o investigador identifique as principais variáveis da situação-problema, para então perseguir a próxima etapa do trabalho monográfico, que é a elaboração das hipóteses de pesquisa.

 As demonstrações contábeis confeccionadas com os dados extraídos da escrituração das empresas do ramo de atividade de supermercado podem ser transformadas em informações que auxiliem a tomada de decisão;

- As informações emanadas das análises das demonstrações contábeis contribuem para o controle das empresas no ramo de atividade de supermercados;
- Diante das informações fornecidas pela contabilidade, à interpretação dos índices são indispensáveis aos usuários externos e internos.

1.4 Objetivos

Gil, (2009, p.41) afirma "Toda e qualquer classificação se faz mediante algum critério. Com relação às pesquisas, é usual a classificação com base em seus objetivos gerais".

Silva (2003, p. 57) sobre os objetivos afirma que:

São os fins teóricos e práticos que se propõe alcançar com a pesquisa. Nessa parte do projeto, deve ficar evidente quais os propósitos da pesquisa. O objetivo (ou objetivos) do estudo deverá ser definido da forma mais evidente possível, para indicar, com clareza, o propósito do estudo.

1.4.1 Objetivo geral

Efetuar uma avaliação das condições financeira e econômica de uma empresa privada, que atua no setor de supermercados, por meio das informações retiradas de suas demonstrações contábeis e mostrar a importância da análise para a sobrevivência da empresa.

1.4.2 Objetivos específicos

- a) Estudar uma empresa do ramo de supermercados como estudo de caso;
- b) Descrever sobre os indicadores econômico financeiros;
- c) Entender a metodologia utilizada nos indicadores econômicos financeiros da empresa em estudo.
- d) Analisar os indicadores do estudo de caso;
- e) Apresentar como os indicadores econômicos financeiros podem auxiliar a administração.

1.5 Delimitação do tema

O presente trabalho tem como finalidade mostrar os dados coletados acerca dos principais elementos que compõe a Análise de Balanços da empresa Cia. Brasileira de Distribuição, observando o cenário econômico onde a empresa está inserida bem como principais elementos destacados nas notas explicativas, parecer de auditores dentre outros e por fim dar padronização e levantamento dos percentuais de análise vertical e horizontal, índices de liquidez, endividamento, estrutura de capital, referentes aos anos de 2006, 2007 e 2008.

A finalidade da ciência contábil é o patrimônio que se divide em: registro, controle e planejamento. Que tem o objetivo de gerar informações de um patrimônio.

A análise das demonstrações financeiras é de extrema importância para os gestores das empresas, para as entidades financeiras, para o governo e principalmente para investidores, pois, Segundo Matarazzo (1998; p. 17) "as demonstrações financeiras fornecem uma série de dados sobre a empresa, de acordo com regras contábeis". A análise das demonstrações financeiras transforma esses dados em informações e será tanto mais eficiente quanto melhores informações produzir nesse sentido a contribuição da análise das demonstrações contábeis em empresa do ramo de supermercados, sendo utilizados os indicadores tradicionais, porém existem mais indicadores que não foram contemplados na pesquisa, pois a pesquisa foi feita em uma empresa com dados disponíveis no site da Bovespa, em virtude da dificuldade de obtenção de dados de empresas reais, sendo escolhido o ramo de supermercado.

1.6 Justificativa

No concernente ao assunto, Roesch (1999, p. 99) apresenta este item como:

Justificar é apresentar razões para a própria existência do projeto! Esta seção é importante porque, por um lado, obriga o autor a refletir sobre sua proposta de maneira abrangente e, por outro, o faz situar-se na problemática. Em termos gerais, é possível justificar um projeto através de sua importância, oportunidade e viabilidade.

A contabilidade, através de suas informações, propicia a análise das demonstrações contábeis como método de verificar a situação econômica e

financeira em que se encontra a empresa, além da verificação também orienta qual decisão a ser tomada em determinada situação.

Num mundo moderno e de economia dinâmica com constantes mudanças, as informações obtidas através da contabilidade, não são usadas para a tomada de decisões em todas as áreas da organização.

O objetivo principal é que a análise das demonstrações contábeis venha contribuir para uma melhor administração da entidade.

Devido a esse fato apresentar um estudo de caso que envolva a análise das demonstrações contábeis de um supermercado mostra a importância da contabilidade, sua aplicação de forma prática, para todos os interessados no ramo de supermercado. A escolha pelo ramo de supermercado se deu primeiro em virtude das informações serem extraídas de uma Cia. Na qual é considerada no Brasil como uma das mais bem administradas, e em segundo lugar em virtude de trabalhar numa empresa de supermercado na cidade de Juína, na qual o tema proposto poderá contribuir para a aplicação dos resultados nessa empresa.

As empresas que não utilizam as informações da análise das demonstrações contábeis estão vulneráveis, não tendo controle da sua situação econômica e nem financeira que os façam se preocupar com aplicações práticas de fórmulas como a divisão do ativo pelo passivo, como forma de mensuração de capital de giro e tantas outras que sinalizam a respeito da saúde financeira da empresa, que muitas vezes vai mal. E continua-se gastando ineficiente e ineficazmente, sem perceber as conseqüências negativas que isto traz.

1.7 Estrutura do trabalho

Esse trabalho está estruturado em cinco capítulos:

No primeiro capítulo consta a introdução, a contextualização, o problema de pesquisa, as hipóteses, os objetivos geral e específico, a delimitação da pesquisa, a justificativa, a estrutura do trabalho.

No segundo capítulo consta o referencial teórico em que embasa o trabalho com os assuntos contabilidade, usuários das informações contábeis, tomada de decisão, demonstrações contábeis, análise das demonstrações contábeis, indicadores econômicos e financeiros.

No terceiro capítulo consta a metodologia da pesquisa com os métodos e técnicas de pesquisa utilizadas no trabalho, como os procedimentos adotados para a análise de dados.

No quarto capítulo encontra-se a análise de dados com os indicadores da empresa, estudo de caso e indicação como utilizá-lo pela a administração.

No quinto capítulo encontra-se a conclusão com a resposta ao problema da pesquisa, os objetivos atingidos, as hipóteses confirmadas e as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade

Observa-se a grande importância da contabilidade como fonte de informações, e através de suas técnicas permite um controle do patrimônio das empresas servindo como grande apoio para a tomada de decisões.

De acordo com Santos, Schmidt e Gomes (2006, p. 17):

A contabilidade é uma ciência social factual que tem por objeto o estudo das variações qualitativas e quantitativas ocorridas no patrimônio das entidades. Assim a contabilidade destina-se a estudar e controlar o patrimônio das entidades, do ponto de vista econômico e financeiro, observando os seus aspectos quantitativo e qualitativo e as variações por ele sofridas, com o objetivo de fornecer informações sobre o estado patrimonial e suas variações sofridas em determinado período.

A contabilidade enquanto ciência é responsável pelo controle financeiro e econômico das entidades, apresentando as movimentações ocorridas no seu patrimônio de forma que contribua para a transmissão de informação coerente e precisa para os seus usuários.

Segundo Franco (1990, p.13):

É a ciência que estuda, controla e interpreta os fatos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a demonstração expositiva e a revelação desses fatos, com o fim de oferecer informações sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial.

Franco ressalta neste conceito que a contabilidade tem como finalidade zelar e controlar todo o patrimônio da empresa inclusive a situação econômica em que se encontra a entidade. Sendo assim conceitua-se contabilidade como ciência capaz de mensurar os atos e fatos que ocorrem no patrimônio da pessoa jurídica, e ainda é responsável pela demonstração dessas variações para os principais usuários da contabilidade.

Conforme Marion (1998, p. 24) "A contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. [...]"

Através das informações fornecidas pela contabilidade tem-se controle do patrimônio da empresa, facilitando assim, a tomada de grandes decisões.

Segundo Iudícibus, Marion e Faria (2009, p. 36):

O patrimônio de tais entidades, sejam estas pessoas físicas ou jurídicas, seja esse patrimônio resultante da consolidação de patrimônios de outras entidades distintas ou a subdivisão do patrimônio de uma entidade em parcelas menores que mereçam ser acompanhadas em suas mutações e variações.

Qual quer que seja a atividade exercida, ou mesmo, seja pessoa física ou jurídica, necessitam compreender quais as variações que ocorrem no seu patrimônio, cabe então a contabilidade controlar esses fenômenos, bem como, evidenciar de forma clara e precisa para que os usuários possam utilizar dessas informações para melhorar o desempenho da sua operacionalização caso seja necessário.

Segundo Santos, Schmidt e Gomes (2006, p. 17):

Assim, o objeto da contabilidade é o patrimônio em seus aspectos qualitativos e quantitativos, à disposição das entidades econômico-administrativas, sobre o qual ela fornece informações necessárias à avaliação da riqueza patrimonial; e dos resultados produzidos por sua gestão.

Sendo o patrimônio o objeto da contabilidade fica mais fácil para o administrador, controlar os recursos existentes na empresa, de modo a analisar a situação econômico-financeira, planejar suas atividades, controlando e reduzindo as despesas e avaliando os resultados produzidos por sua administração.

Conforme Ferreira (2009, p. 2):

Por intermédio da contabilidade, o administrador de uma empresa, ou até mesmo de uma residência, pode, por exemplo, gerenciar melhor os recursos disponíveis, obter informações úteis ao planejamento de suas atividades, saber o custo do que é produzido ou consumido, apurar o lucro ou prejuízo, controlar e reduzir despesas, aumentar receitas e prevenir e identificar erros e fraudes.

O principal objetivo da contabilidade é fornecer dados para que os administradores possam ter conhecimento da real situação econômico-financeira da empresa podendo assim contar com elementos para a correta tomada de decisões.

De acordo com Iudícibus, Marion e Faria (2009, p. 33):

O objetivo da Contabilidade pode ser estabelecido como sendo o de fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da Contabilidade.

O objeto da contabilidade é controlar o patrimônio, esse controle deve ser evidenciado a todos os seus usuários sejam eles internos ou externos. Essas informações possuem caráter financeiro, patrimonial e econômico.

Segundo Attie (2006, p. 24):

A Contabilidade tem a finalidade precípua de promover os meios informativos e de controle com o intuito de coletar todos os dados ocorridos na empresa e que tenham, ou possam ter, impactos e causar variações em sua posição patrimonial. A Contabilidade é o instrumento de medição e avaliação do patrimônio e dos resultados auferidos pela gestão da Administração da entidade."

Braga (2003, p. 39) "O objetivo científico da contabilidade manifesta-se na correta apresentação do Patrimônio e na apreensão e análise das causas de suas mutações."

A contabilidade ao coletar os dados registrados na sua escrituração deve obedecer à correta apresentação o patrimônio, bem como, apresentar as mutações ocorridas nesse patrimônio. Além de apresentar as mutações deverá ainda explicar como foram ocorridas tais mutações.

"O objetivo principal da Contabilidade é prover seus usuários de informações úteis e oportunas para a tomada de decisão." (IUDÍCIBUS, MARION E FARIA 2009, p. 41)

O campo de atuação da contabilidade é muito grande, proporcionando muitas oportunidades em todos os seguimentos, como na área gerencial, fiscal e financeira.

"O campo de atuação da Contabilidade, na verdade seu objeto, é o patrimônio de toda e qualquer entidade; ela acompanha a evolução qualitativa e quantitativa desse patrimônio." [...] (IUDÍCIBUS, MARION E FARIA 2009, p.36)

Conforme Szuster (2008, p. 20)

Assim, como existem diferentes tipos de decisões econômicas, a Contabilidade também se estrutura para fornecer diferentes tipos de informações. A atuação segmentada da Contabilidade Gerencial, da Contabilidade Financeira e da Contabilidade Fiscal retrata este processo que fornece, no conjunto, as informações mais utilizadas no mundo dos negócios.

Nas organizações cada setor necessita de uma informação, o setor de compras necessita de uma informação, o setor de vendas necessita de outro tipo de informação e assim por diante. O fato é que a contabilidade é o ramo de atividade capaz de assessorar usuários internos e externos está apta a fornecer informações diferenciadas, mas que num todo compreendem o objetivo da organização.

2.1.1 Usuários das informações contábeis

Baseado nas informações dos autores citados, os usuários da contabilidade são pessoas interessadas na situação econômica e financeira de uma entidade, tais como clientes, fornecedores, sócios, acionistas, administradores, gerentes, bancos, etc.

Marion (2004, p. 27) "Os usuários são as pessoas que se utilizam da Contabilidade, que se interessam pela situação da empresa e buscam na Contabilidade suas respostas."

Santos [et al.] (2006, p. 29) afirmam:

Considera-se usuário da informação contábil toda pessoa física ou jurídica que tenha interesse na avaliação da situação e do progresso de determinada entidade, seja ela empresa, com fins lucrativos ou não, ou mesmo patrimônio familiar. Os usuários podem ser separados em dois grupos: usuários internos e usuários externos. Os usuários internos são aqueles que atuam dentro da empresa, tais como funcionários, administradores, gerentes etc.

A informação contábil deve ser diferenciada aos interesses de cada usuário, pois cada um necessita de uma informação diferente, no entanto, a informação irá se tornar um todo, capaz de atender a necessidade da empresa. Para tanto os usuários internos irão utilizar-se de informação que auxiliem na atividade operacional da empresa. Já os usuários externos irão utilizar-se das informações que atendam as suas necessidades e que sejam do seu interesse.

Já Ribeiro (2005, p. 05):

Os usuários das informações contábeis são pessoas físicas e jurídicas que as utilizam para registrar e controlar a movimentação de seus patrimônios bem como aqueles que, direta ou indiretamente, tenham interesse nesse controle; na apuração de resultados; na avaliação da situação patrimonial, econômica e financeira; na análise do desempenho e do desenvolvimento da entidade, como titulares (empresas individuais), sócios, acionistas (empresas societárias), gerentes, administradores, governo (Fisco), fornecedores, clientes, bancos etc.

É possível identificar ainda que os usuários das informações contábeis podem ser pessoas físicas ou jurídicas, pois a contabilidade controla todas suas movimentações ocorridas no patrimônio, principalmente a que indica evolução ou involução no patrimônio.

2.2 Demonstrações Contábeis

No que tange as demonstrações contábeis Oliveira (2005, p. 29) comenta:

As peças contábeis expõem de forma resumida e ordenada os fatos colhidos e registrados pela contabilidade. Elas procuram informar às pessoas interessadas (usuários): a posição patrimonial e econômico-financeira da entidade em um determinado período, o qual é denominado exercício social (...)

As demonstrações contábeis são relatórios na qual são confeccionados, com o objetivo de trazer informações que atendam aos interesses dos seus usuários. Vale lembrar que essas demonstrações são confeccionadas com base nos registros dos atos e fatos oriundos da operacionalização da empresa.

2.2.1 Balanço patrimonial

No concernente a balanço patrimonial Oliveira (2005, p. 30) comenta:

Ao balanço patrimonial, mantido com base na legislação comercial e de acordo com os princípios fundamentais e as normas brasileiras de contabilidade, reflete a posição estática patrimonial da empresa em determinado momento, normalmente no fim do ano ou de um período prefixado.

O balanço apresenta a posição patrimonial e financeira de uma empresa em dado momento. A informação que esse demonstrativo fornece é totalmente estática e, muito provavelmente, sua estrutura se apresentará relativamente diferente algum tempo após seu encerramento. No entanto, pelas relevantes informações de tendências que podem ser extraídas de seus diversos grupos de contas, o balanço servirá como elemento de partida indispensável para o conhecimento da situação econômica e financeira de uma empresa.

No tangente ao assunto Marion (2006, p. 52) afirma que "o balanço patrimonial é o mais importante relatório gerado pela contabilidade. Através dele pode-se identificar a saúde financeira e econômica da empresa no fim do ano ou em qualquer data prefixada."

O balanço compõe-se de três partes essenciais: ativo, passivo e patrimônio líquido. Cada uma dessas partes apresenta suas diversas contas classificadas em "grupos", os quais, por sua vez, são dispostos em ordem decrescente de grau de liquidez para o ativo e em ordem decrescente de exigibilidade para o passivo.

No ativo relacionam-se todas as aplicações de recursos efetuadas pela empresa. Esses recursos poderão estar distribuídos em ativos circulantes, assim denominados por apresentarem alta rotação, como: valores em caixa, valores a receber a curto prazo etc.; em ativos realizáveis a longo prazo, e em ativos classificados como permanentes, como: prédios, terrenos, máquinas, equipamentos etc., os quais irão servir a vários ciclos operacionais. O ativo permanente, ainda, é subdividido em investimentos, imobilizado e diferido.

Iudícibus (1998, p. 29) comenta:

O balanço patrimonial é uma das mais importantes demonstrações contábeis, por meio da qual podemos apurar (atestar) a situação patrimonial e financeira de uma entidade em determinado momento. Nessa demonstração, estão claramente evidenciados o ativo, o passivo e o patrimônio liquido da entidade.

O passivo identifica as exigibilidades e obrigações da empresa, cujos valores encontram-se investidos nos ativos. Os recursos dos passivos são classificados como curto prazo e longo prazo, sendo definidos, respectivamente, por passivo circulante e exigível a longo prazo.

Nesse sentido Matarazzo (2008, p. 41) "É a demonstração que apresenta todos os bens e direitos da empresa [...]"

O patrimônio líquido é representado pela diferença entre o total do Ativo e do Passivo em determinado momento. Identifica os recursos próprios da empresa, sendo composto de capital social, reservas de capital, reservas de reavaliação, reservas de lucros e lucros ou prejuízos acumulados. (ASSAF NETO 2007, p. 67, 68).

O balanço patrimonial apresenta os bens que são os elementos que pertencem a empresa e estão em poder dela, os direitos que são os elementos que

pertencem a empresa mas estão em poder de terceiros e as obrigações que são os elementos que não pertencem a empresa mas estão em poder dela.

O patrimônio líquido também conhecido como situação liquida é apresentado como o capital próprio da empresa, pois aglomera as contas que são oriundas dos sócios e acionistas da empresa.

Para Iudícibus, Marion e Faria (2009 p. 163): "Assim, o Balanço é uma sombra do passado que se projeta para o futuro."

Segundo Reis (2009, p. 11)

O patrimônio é apresentado em um demonstrativo denominado Balanço Patrimonial, no qual são discriminadas as aplicações efetuadas em "bens" e "direitos" (no Ativo) e as origens dos recursos que possibilitaram a aplicação os bens e direitos do Ativo (no Passivo).

No balanço são demonstrados todos os bens e direitos da empresa, tornando-o um meio importante para as análises a serem feitas.

2.2.2 Demonstrações do resultado do exercício

A demonstração do resultado do exercício apresenta o resumo das variações positivas ou até mesmo negativas ocorridas durante um determinado período.

Segundo Iudícibus, Marion e Faria (2009, p. 173):

A Demonstração do Resultado do Exercício é a expressão máxima, juntamente com o Balanço Patrimonial, da evidenciação contábil emanada da aplicação criteriosa dos procedimentos de escrituração e ajuste, tudo obedecendo aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, prioritariamente à Competência.

A demonstração do resultado do exercício consiste numa peça fundamental para evidenciar a utilização dos princípios geralmente aceitos. Apresentada de forma dinâmica a demonstração do resultado evidencia o resultado econômico da empresa na qual a conta lucros ou prejuízos acumulados constitui o elo de ligação com o balanço patrimonial.

Já Assaf Neto (2007, p. 84):

A demonstração de resultados do exercício visa fornecer, de maneira esquematizada, os resultados (lucro ou prejuízo) auferidos pela empresa em

determinado exercício social, os quais são transferidos para contas do patrimônio líquido. O lucro (ou prejuízo) é resultante de receitas, custos e despesas incorridos pela empresa no período e apropriados segundo o regime de competência, ou seja, independentemente de que tenham sido esses valores pagos ou recebidos.

A demonstração do resultado é composta pelas receitas, despesas e custos, na qual todos são revertidos para o resultado de acordo com o principio fundamental da competência, ou seja, as despesas e receitas serão consideradas pelo seu fato gerador e não pelo seu pagamento ou recebimento.

Reis (2009, p. 98) afirma "A Demonstração do Resultado do Exercício é uma peça contábil que mostra o resultado das operações sociais – lucro ou prejuízo – [...]"

Conforme dito anteriormente, a demonstração do resultado constitui a peça que apresenta o resultado econômico da organização, já o balanço patrimonial apresenta a situação financeira e patrimonial e o elo de ligação entre as duas demonstrações é a conta lucro ou prejuízos acumulados, que recebe o resultado das variações patrimoniais e fica localizada no patrimônio liquido.

Matarazzo (2008, p. 45) "A Demonstração do Resultado do Exercício é uma demonstração dos aumentos e reduções causados no Patrimônio Líquido pelas operações da empresa."

A Lei 11.638/07 entrou em vigor no primeiro dia de 2008, estendendo-as às sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de sociedades por ações. Assim, aplicam-se às sociedades de grande porte as disposições da Lei 6.404/1976 sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras e a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários, sendo elas as com ativo maior que R\$ 240 milhões ou receita bruta anual superior a R\$ 300 milhões.

A atual legislação estabelece seqüência de apresentação dos vários elementos da demonstração do resultado para efeitos de publicação. Uma estrutura baseada na Lei nº 6.404/76 (art. 187) e normalmente adotada pelas empresas [...] (ASSAF NETO, 2007, p. 84).

A Lei 6.404/76 tem como objetivo aperfeiçoar as normas contábeis brasileira, permitindo que as mesmas possam ser compatíveis com as normas internacionais, sofreu alterações importantes, sendo a mais recente feita pela Lei 11.638/07, que

atualizou a parte que se refere principalmente às demonstrações contábeis, introduzindo novos conceitos contábeis na legislação societária brasileira.

2.2.3 Demonstrações de lucros ou prejuízos acumulados

O objetivo das demonstrações de lucros ou prejuízos acumulados é de apresentar o saldo de lucros ou prejuízos, suas alterações durante o exercício e a destinação dada ao lucro no final de cada período.

Segundo Assaf Neto (2007, p. 97):

A demonstrações de lucros ou prejuízos acumulados retrata as movimentações ocorridas na conta de lucros acumulados do patrimônio líquido, fornecendo explicações sobre seu comportamento ao longo do exercício social. Na verdade, enquanto a Demonstração do Resultado evidencia a formação do lucro do exercício, a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados revela as alterações verificadas nos lucros acumulados da sociedade.

A demonstrações dos lucros ou prejuízos acumulados evidencia as mutações que ocorreram nos lucros da empresa, qual a sua destinação, a que destino tomara, se foram para reservas, se foram para dividendos. O fato é que enquanto a DRE evidencia a destinação do resultado, a DLPA apresenta a destinação dos lucros da sociedade.

Conforme Reis (2009, p. 116):

A Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados visa portanto, a:

- Evidenciar o lucro líquido do período e a sua destinação para distribuição de dividendos, aumento do Capital Social, aumento ou constituição de reservas e, eventualmente, compensação de prejuízos anteriores:
- Evidenciar os prejuízos acumulados se for o caso, e a sua compensação com o lucro ou o seu aumento com o prejuízo do exercício.

Ferreira (2009, p. 551) "A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados – DLPA expõe as variações ocorridas, durante o exercício, na conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, que é classificada no patrimônio líquido."

As demonstrações de lucros ou prejuízos acumulados baseado nas informações dos autores acima citados tem a finalidade de demonstrar as movimentações ocorridas na conta de lucros ou prejuízos acumulados do patrimônio líquido no exercício social, apresentando os resultados obtidos pela empresa.

2.2.4 Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Esse tipo de demonstração tem o objetivo de facilitar a análise das modificações feitas nos componentes do patrimônio líquido, durante o período do exercício social, proporcionando assim, uma melhor visão do comportamento dos capitais próprios da empresa.

De acordo com Matarazzo (2008, p. 46)

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido apresenta as variações de todas as contas do Patrimônio Líquido ocorridas entre dois balanços, independentemente da origem da variação, seja ela proveniente da correção monetária, de aumento de capital, de reavaliação de elementos do ativo, de lucro ou de simples transferência entre contas, dentro do próprio Patrimônio Líquido.

Enquanto a demonstração dos lucros e prejuízos acumulados evidencia as mutações ocorridas na conta lucros ou prejuízos acumulados, a DMPL evidencia a movimentação de todo patrimônio liquido, bem como, quais as destinações e reversões dos saldos das contas.

Conforme Iudícibus, Marion e Faria (2009, p. 179):

[...] a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) evidencia a movimentação, no período, de todas as contas do PL. Assim, todo acréscimo e/ou diminuição do PL são evidenciados por meio dessa demonstração, conta por conta principal, bem como a formação e utilização de reservas, inclusive as de lucro.

Assaf Neto (2007 p. 101) afirma:

A demonstração das mutações do patrimônio líquido é um demonstrativo contábil mais abrangente que a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, podendo a sociedade optar por sua elaboração ou não. Se publicado, esse demonstrativo substitui legalmente o dos lucros acumulados. A demonstração das mutações patrimoniais abrange todas as contas do patrimônio líquido, identificando os fluxos ocorridos entre uma conta e outra e as variações (acréscimos e diminuições) verificadas no exercício.

A demonstração das mutações do patrimônio liquido surgiu com o objetivo de sobrepor a DLPA, no entanto a empresa pode optar por uma ou por outra. O fato é a DMPL é mais abrangente mostrando todas as variações que ocorreram no patrimônio liquido da empresa, inclusive na conta lucros ou prejuízos acumulados.

2.3 A análise das demonstrações contábeis

Silva (2007, p. 7) afirma:

Por sua relevância, os resultados obtidos na Análise das Demonstrações Contábeis se destinam a um grupo muito abrangente de usuários, os quais podem ser internos e externos, que a utilizarão principalmente como instrumento de decisões de financiamento e investimento.

A análise das demonstrações contábeis é um instrumento de grande importância, propicia fazer avaliações do patrimônio empresarial e das decisões tomadas, tanto em relação ao passado quanto ao futuro, podendo proporcionar assim, uma melhor visão para as tomadas de decisões tanto de controle interno, como base para um futuro investimento na empresa.

Segundo Santos, Schmidt e Gomes (2006, p. 18)

O simples registro e seleção dos fatos, dados seu volume e heterogeneidade, não são elementos suficientes para atingir a finalidade informativa da contabilidade; é necessário que se reúnam esses fatos contábeis em demonstrações sintéticas, bem como que essas demonstrações sejam acompanhadas de notas explicativas. Esse conjunto de demonstrações é denominado de demonstrações contábeis.

Através da análise de índices, avalia-se o desempenho econômicofinanceiro da empresa, tendo como base as contas das demonstrações contábeis, que podem ser comparadas de diversas formas.

Afirma Reis (2009, p. 57):

De modo geral, podemos dizer que o objetivo básico das demonstrações financeiras – ou demonstrativos contábeis, como queiram – é fornecer informações para a correta gestão dos negócios e para a correta avaliação dos resultados operacionais.

A função básica das demonstrações financeiras é como a de um relatório contábil, apresentar informações que auxiliem a alta administração no controle de seus negócios, bem como, avaliar as mutações ocorridas nos seus resultados operacionais.

Ferreira (2009, p. 74) afirma:

A técnica utilizada na interpretação das informações contidas nas demonstrações contábeis é a análise das demonstrações contábeis,

também denominada análise de balanços. Consiste na decomposição, comparação e interpretação do conteúdo das demonstrações. Por intermédio dessa técnica, podemos efetuar a análise da lucratividade, da capacidade de pagamento das obrigações, do prazo dentro do qual ocorre a renovação dos itens patrimoniais etc.

A análises de balanços constitui uma técnica da contabilidade na qual após registrados os dados e os mesmos auditados serão decompostos de forma que fiquem mais adeptos a interpretação. Através da análise de balanços é possível identificar diversos indicadores dentro de uma organização como estão compostas as dívidas da empresa, qual a sua capacidade de pagamento, dentre outros.

Para Neves e Viceconti (2007, p. 425):

Fornecer informações numéricas de dois ou mais períodos, de modo a auxiliar ou instrumentar acionistas, administradores, fornecedores, clientes, governo, instituições financeiras, investidores e outras pessoas físicas ou jurídicas interessadas em conhecer a situação da empresa ou para tomar decisões.

A partir da comparação de dois ou mais períodos as empresas podem identificar como andam a evolução ou involução dos seus indicadores, bem como, conhecer a situação real da empresa além de favorecer uma tomada de decisão com base em informações efetivas.

Segundo Reis (2009, p. 194) "Mediante a comparação dos valores constantes dos demonstrativos contábeis, procuramos analisar de forma estática e dinâmica a situação da empresa por dois ângulos: o econômico e o financeiro."

Para Matarazzo (2008, p. 16): "O objetivo da Análise de Balanços é produzir informação."

2.3.1 Análises vertical e horizontal

Assaf Neto (2002, p. 100) comenta que:

Assim, a comparação dos valores entre si e com outros de diferentes períodos oferecerá um aspecto mais dinâmico e elucidativo à posição estática das demonstrações contábeis. Este processo de comparação, indispensável ao conhecimento da situação de uma empresa, é representado pela análise horizontal e pela análise vertical.

Na análise vertical, faze-se a comparação que entre os valores de um determinado período em diferentes exercícios sociais, já na análise horizontal, é possível fazer uma comparação de dois ou mais valores, utilizando esse tipo de análise na análise de balanço, analisa-se a variação de lucro de um ano para outro.

2.3.1.1 Vertical

Através desse tipo de análise, é possível fazer a comparação de dois ou mais valores, no caso de uma análise de balanço, pode-se avaliar a variação de lucro de um ano para outro para possível tomada de decisão de melhoria na empresa.

Segundo Reis (2009, p. 210):

A análise vertical – um dos principais instrumentos de análise de estrutura patrimonial – consiste na determinação dos percentuais de cada conta ou grupo de contas do Balanço Patrimonial em relação ao valor total do Ativo ou do Passivo.

Como o seu próprio nome diz a análise vertical é realizada em forma de vértice, na qual uma conta em específico é relacionado com o grupo que a abrange, apresentando a sua relação com o todo, e isto, feito em relação a outros anos é possível atestar a sua evolução ou involução.

Segundo Assaf Neto (2007, p. 123):

A análise vertical é também um processo comparativo, expresso em porcentagem, que se aplica ao se relacionar uma conta ou grupo de contas com um valor afim ou relacionável, identificado no mesmo demonstrativo. Dessa forma, dispondo-se dos valores absolutos em forma vertical, pode-se apurar facilmente a participação relativa de cada item contábil no ativo, no passivo ou na demonstração de resultados, e sua evolução no tempo.

A análise vertical é apresentada ainda como um processo comparativo na qual se compara contas do ativo ou do passivo com valores afins, para que assim acompanhe a sua evolução no tempo.

Para Matarazzo (2008, p. 243) "Análise Vertical baseia-se em valores percentuais das demonstrações financeiras."

Para Silva (2007, p. 91):

Análise Vertical pode ser entendida como a análise da estrutura das demonstrações, pois permite a identificação da real importância de uma conta dentro do conjunto de contas ao qual pertence no Balanço Patrimonial ou na estrutura da Demonstração do Resultado."

A análise vertical propõe ainda a identificação da relevância de cada conta dentro do seu grupo patrimonial específico. Segundo Reis (2009, p. 210) "Procura mostrar, do lado do Passivo, a proporção de cada uma das fontes de recursos e, do lado do Ativo, a expressão percentual de cada uma (ou de cada grupo) das várias aplicações de recursos efetuadas pela empresa."

Segundo Reis (2009, p. 197) "Procura-se obter o valor percentual de cada verba, ou de cada grupo de verbas, em relação ao valor global do demonstrativo, ou, ainda, de cada verba em relação ao total do seu respectivo grupo."

Segundo Neves e Viceconti (2007, p. 427) "Medir percentualmente cada componente em relação ao todo do qual faz parte, e fazer as comparações caso existam dois ou mais períodos."

2.3.1.2 Horizontal

É a comparação que se faz entre os valores de um determinado período em diferentes exercícios sociais.

Segundo Reis (2009, p. 212) "É uma técnica de análise que parte da comparação do valor de cada item do demonstrativo, em cada ano, com o valor correspondente em determinado ano anterior [...]"

A aplicação dessas técnicas, conforme é demonstrado na parte seguinte, tem por objetivo básico a avaliação dos demonstrativos contábeis pela evolução de seus valores ao longo do tempo (análise horizontal), e pela participação relativa de cada valor em relação a um total (análise vertical).

Assaf Neto (2007, p. 59):

A análise horizontal é a comparação que se faz entre os valores de uma mesma conta ou grupo de contas, em diferentes exercícios sociais. É basicamente um processo de análise temporal, desenvolvido por meio de números-índices, sendo seus cálculos processados de acordo com a seguinte expressão:

 \triangleright número-índice = $V_d \div V_b \times 100$

Pela identidade, revela-se que o número-índice é a relação existente entre o valor de uma conta contábil (ou grupo de contas) em determinada data (V_d) e seu valor obtido na data-base (V_b) . Em outras palavras, V_d representa um valor monetário identificado no exercício que se pretende comparar por

meio de um índice, e V_b exprime esse mesmo valor apurado no exercício em que se efetua a comparação. (ASSAF NETO, 2007, p. 115, 116)

Silva (2007, p. 90, 91) comenta sobre a análise horizontal:

A Análise Horizontal permite analisar a evolução de uma conta ou de um grupo de contas ao longo de períodos sucessivos. Trabalha fundamentalmente com efeitos e dificilmente revela as causas das mudanças.

Para Matarazzo (2008, p. 245) "A evolução de cada conta mostra os caminhos trilhados pela empresa e as possíveis tendência."

Tem como objetivo mostrar se houve uma evolução ou não da empresa de um determinado período para outro.

Reis (2009, p. 213) cita: "Tem em mira mostrar a evolução de cada conta (ou grupo de contas) considerada isoladamente."

Segundo Neves e Viceconti (2007, p. 430) "Avaliar o aumento ou a diminuição dos valores que expressam os elementos patrimoniais ou do resultado, numa determinada série histórica de exercícios."

Szuster (2008, p. 448) afirma:

A análise horizontal tem por finalidade verificar o comportamento do patrimônio e do resultado da entidade. É utilizada para avaliar a relação, ao longo do tempo, de cada conta das Demonstrações Contábeis entre, no mínimo, dois períodos.

A análise horizontal caracteriza-se por estudar as contas em períodos diferentes, ou seja, com base na comparação de contas de diversos grupos essa análise evidencia a evolução ou involução de um determinado período para outro.

2.3.2 Indicadores econômicos e financeiros

Indicadores econômicos e financeiros são fontes de informações relevantes, instrumentos fundamentais para controle e para a avaliação de desempenho de uma empresa.

O grupo de índices de liquidez apresenta a base da situação financeira da empresa. É composto pelos seguintes índices: índice de liquidez geral, índice de liquidez imediata, índice de liquidez corrente e índice de liquidez seca.

2.3.2.1 Índices de liquidez

Para Marion (2008, p. 83):

São utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, isto é, constituem uma apreciação sobre se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos. Essa capacidade de pagamento pode ser avaliada, considerando: longo prazo, curto prazo ou prazo imediato.

Através dos índices de liquidez é que são feitas as análises e comparações dos direitos realizáveis da empresa com as suas exigibilidades, podendo assim evidenciar a capacidade que a empresa tem para pagar suas dívidas. Sendo os índices de liquidez de grande importância, ajudando nas tomadas de decisões.

Para Matarazzo (2008, p. 147) "Índice é a relação entre contas ou grupo de contas das Demonstrações Financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa."

Com o intuito de conhecer a real capacidade de pagamento da empresa, suas condições financeiras de cumprir com seus compromissos, mostrando ainda, se a empresa mantém um equilíbrio financeiro.

"Os indicadores de liquidez evidenciam a situação financeira de uma empresa frente a seus diversos compromissos financeiros" [...] (ASSAF NETO 2007, p. 189)

Braga (2003, p. 154) "A análise de liquidez temo objetivo de avaliar a capacidade de financiamento da empresa em relação a suas exigibilidades. [...]"

É importante que se avalie a liquidez, ou seja, a disponibilidade de recursos para pagar as obrigações bem como a flexibilidade financeira da empresa, mostrando a habilidade da empresa em financiar suas operações com recursos gerados internamente.

2.3.2.1.1 Índice de liquidez imediata

Para Assaf Neto (2007, p. 190) liquidez imediata "Revela a porcentagem das dívidas a curto prazo (circulante) em condições de serem liquidadas imediatamente."

O índice de liquidez imediata mostra se a empresa é capaz de cumprir com suas obrigações de curto prazo somente com as suas disponibilidades.

Para Marion (2008, p. 90) "Mostra o quanto dispomos imediatamente para saldar nossas dívidas de Curto Prazo"

Braga (2003, p. 155) "Esses quocientes medem a proporção de numerário que deve ser mantida pela empresa (caixa e bancos) a fim de atender a seus compromissos mais imediatos, durante seus ciclos operacionais." [...]

Fórmula:

Liquidez imediata = Disponibilidades ÷ Passivo Circulante.

2.3.2.1.2 Índice de liquidez corrente

Através do índice de liquidez corrente, avalia-se a capacidade que a empresa tem para pagar suas dívidas a curto prazo.

Para Matarazzo (2008, p. 172):

Eis aí o significado do índice de Liquidez Corrente: a margem de folga para manobras de prazos visa equilibrar as entradas e saídas de caixa. Quanto maiores os recursos, maior essa margem, maior a segurança da empresa, melhor a situação financeira.

Quanto maior esse índice melhor será a situação da empresa para honrar seus compromisso de curto prazo.

Para Assaf Neto (2007, p. 190) "A liquidez corrente indica o quanto existe de ativo circulante para cada \$ 1 de dívida a curto prazo.

Para Marion (2008, p. 83, 84) "Mostra a capacidade de pagamento da empresa a curto prazo."

Fórmula:

Liquidez corrente = Ativo circulante ÷ Passivo circulante.

2.3.2.1.3 Índice de liquidez seca

Através do índice de liquidez seca, são avaliados quais são as disponibilidades e créditos a receber que a empresa apresenta, para saldar as obrigações de curto prazo.

Para Matarazzo (2008, p. 173) "Este índice é um teste de força aplicado à empresa; visa medir o grau de excelência da sua situação financeira."

Fórmula:

Liquidez seca = (Disponível + Aplicações Financeiras + Clientes de Rápida Conversibilidade em Dinheiro) ÷ Passivo Circulante Para Marion (2008, p. 88, 89)

Se a empresa sofresse uma total paralisação de suas vendas, ou se seu Estoque se tornasse obsoleto, quais seriam as chances de pagar suas dívidas com Disponível e Duplicatas a Receber?
Esse índice exclui o estoque → LS = AC − Estoque ÷ PC
... um índice conservador que elimina uma fonte de incertezas (LS).

Para Assaf Neto (2007, p. 190):

O quociente demonstra a porcentagem das dívidas a curto prazo em condições de serem saldadas mediante a utilização de itens monetários de maior liquidez do ativo circulante. Essencialmente, a liquidez seca determina a capacidade de curto prazo de pagamento da empresa mediante a utilização das contas do disponível e valores a receber.

O indicador de liquidez seca abrange o que a empresa detém de recurso em mãos, ou seja, aquilo que pode converter em dinheiro imediatamente, o estoque é excluído, pois pode não ser vendido e ainda pode estar em processo de obsolescência, já as contas a receber apesar de estar em carteira, podem ser negociadas com terceiros convertendo-se em dinheiro.

2.3.2.1.4 Indice de liquidez geral

Através do índice de liquidez geral, pode-se avaliar a capacidade da empresa pagar suas dívidas a longo prazo, ou seja, quanto a empresa possui de recursos de curto e longo prazo para pagar suas dívidas de curto e longo prazo.

Reis (2009, p. 334) "O índice de liquidez geral não faz restrição de prazo. Compara todas as dívidas (a curto e a longo prazo) com a soma de todos os valores disponíveis e realizáveis em qualquer prazo."

Conforme Iudícibus (2008, p. 93) "Este quociente serve para detectar a saúde financeira (no que se refere à liquidez) de longo prazo do empreendimento".

Fórmula:

Liquidez geral = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) ÷ (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo).

Braga (2003, p. 156) "Este quociente indica a capacidade financeira da empresa para solver todos os compromissos para com seus credores de curto e longo prazos (passivo). [...]"

Para Assaf Neto (2007, p. 191) "Esse indicador revela a liquidez, tanto a curto como a longo prazo. De cada \$1 que a empresa tem de dívida, o quanto existe de direitos e haveres no ativo circulante e no realizável a longo prazo."

A liquidez geral representa o quanto à empresa detém de recursos de curto e longo prazo para pagar suas dividas também de curto e longo prazo.

2.3.2.2 Índices de endividamento

Segundo Neves (2005, p. 468):

O endividamento indica o montante dos recursos de terceiros que está sendo usado, na tentativa de gerar lucros. Por isso existe grande preocupação com o grau de endividamento e com a capacidade de pagamento da empresa, pois, quanto mais endividada ela estiver maior será a possibilidade de que não consiga satisfazer às obrigações com terceiros.

O indicador de endividamento apresenta qual o valor do capital de terceiros que esta financiando a empresa, ou seja, consiste no capital externo a empresa que esta financiando as suas atividades, o risco disso esta exposto, pois quanto maior esse índice, pior é a capacidade de pagamento da empresa, maior será a dificuldade para pagar esses recursos de terceiros.

2.3.2.2.1 Participações de Terceiros

É utilizado para indicar a quantidade de capitais de terceiros utilizados pela empresa. Quando aplicados em uma empresa de comércio varejista, será de grande utilidade, pois servirá para descobrir a quantidade, a qualidade da dívida e o grau de endividamento da empresa. Esse índice mostra a probabilidade de uma empresa no ramo de supermercado pagar ou não suas dividas.

Reis (2009 p. 363) "É, também, uma medida da solvência geral da empresa, pois determina a proporção do Ativo financiada por capitais de terceiros."

É obtido pela relação entre o capital de terceiros (curto e longo prazos) e o capital próprio, isto é:

Fórmula:

Endividamento = Capital de Terceiros ÷ Patrimônio Líquido

Mostra quanto a empresa tomou de empréstimo para cada \$1 de capital próprio aplicado. (ASSAF NETO 2007, p. 165)

Avalia basicamente a proporção de recursos próprios e de terceiros mantidos pela empresa, sua dependência financeira por dívidas de curto prazo, a natureza de suas exigibilidades e seu risco financeiro (ASSAF NETO, 2007).

Para Neves e Viceconti (2007, p. 436)

O endividamento indica o montante dos recursos de terceiros que está sendo usado, na tentativa de gerar lucros. Por isso existe grande preocupação com o grau de endividamento e com a capacidade de pagamento da empresa, pois, quanto mais endividada ela estiver maior será a possibilidade de que não consiga satisfazer às obrigações com terceiros. ET= PE ÷ AT = Passivo Exigível (PC + PELP) ÷ Ativo Total

Este índice retrata a proporção dos ativos da empresa que estão sendo financiadas por terceiros, significa dizer que quanto menor esse índice melhor para a empresa.

Fórmula:

Endividamento total = Passivo exigível ÷ Ativo total

2.3.2.2.2 Composição de endividamento

No concernente ao assunto Matarazzo (1995, p. 162) afirma:

O passo seguinte, após se conhecer o grau de Participação de Capitais de terceiros, é saber qual a composição dessas dividas. Uma coisa é ter dividas de curto prazo que precisam ser pagas com os recursos possuídos hoje, mais aqueles gerados a curto prazo.

Compor o endividamento é demonstrar como esta composta as dividas de curto prazo em relação as dívidas da empresa, ou seja, é ainda demonstrar quanto a empresa tem que pagar com mais urgência.

Fórmula:

Composição de Endividamento = Passivo Circulante ÷ Capital de terceiros

2.3.2.3 Índices de Estrutura

Permitem analisar a posição de endividamento e capacidade de uma empresa em gerar caixa suficiente para o pagamento de juros e principal de suas dívidas. Outro indicador muito utilizado por analistas é a capacidade de geração interna de capital (ou taxa de retenção de lucros), pois garante o crescimento sustentado das atividades da empresa sem que essa tenha de recorrer a um endividamento adicional.

A posição de endividamento indica o montante de dinheiro de terceiros que está sendo utilizado para sustentar as atividades da empresa e gerar lucros. Índice utilizado para se comparar qual a porcentagem das dividas a curto e longo prazo, conseqüentemente quando menor o índice melhor, pois assim, a empresa não estará utilizando—se de recursos de fora da empresa.

2.3.2.3.1 Imobilização dos recursos não correntes

É apurado pela relação entre o ativo permanente e o passivo permanente (exigível a longo prazo e patrimônio líquido), ou seja:

Fórmula:

Imobilização dos recursos não correntes = Ativo Permanente ÷ (Patrimônio Líquido + Exigível a Longo Prazo).

O índice identifica o nível de imobilização dos recursos permanentes (longo prazo) da empresa, isto é, o percentual desses recursos que está financiando os ativos permanentes. (ASSAF NETO 2007, p. 166)

2.3.2.3.2 Imobilização do patrimônio líquido

No que tange ao assunto, Matarazzo (1995, p. 164):

Às aplicações dos recursos do Patrimônio Liquido são mutuamente exclusivas do Ativo Permanente e do Ativo Circulante. Quanto mais a empresa investir no Ativo permanente, menos recursos próprios sobrarão para o ativo circulante e, em conseqüência, maior será a dependência a capitais de terceiros para o financiamento do ativo circulante.

O índice de imobilização do patrimônio liquido indica quanto do capital próprio está aplicado no ativo permanente, bem como, quanto sobra para aplicar no restante do ativo. Quanto menor esse índice, pois significa que o capital próprio da

empresa consegue financiar o ativo fixo da empresa, bem como, ainda sobra recursos para financiar o restante do ativo.

Fórmula:

Imobilização do capital próprio = Ativo Permanente ÷ Patrimônio liquido

2.3.2.4 Índices de rentabilidade

Baseado nas informações dos autores citados pode-se dizer que esse índice mostra se realmente os investimentos feitos na empresa teve retorno, apresentando o grau de êxito econômico da empresa.

Reis (2009, p. 288) afirma:

Os índices de rentabilidade medem a capacidade de produzir lucro de todo o capital investido nos negócios (próprios e de terceiros), enquanto os de remuneração medem o ganho, ou, como o próprio nome diz, a remuneração obtida pelo capital próprio.

É uma avaliação econômica do desempenho da empresa, dimensionando o retorno sobre os investimentos realizados e a lucratividade apresentada pelas vendas (ASSAF NETO 2007, p. 59).

Para Matarazzo (2008, p. 175) "Os índices deste grupo mostram qual a rentabilidade dos capitais investidos, isto é, quanto renderam os investimentos e, portanto, qual o grau de êxito econômico da empresa".

Segundo Neves e Viceconti (2007, p. 442) "Estes índices representam a relação entre os rendimentos e o capital investido na empresa."

Os índices de rentabilidade apresentam a capacidade de retorno promovida pelos rendimentos em relação ao capital investido pelos sócios na empresa.

2.3.2.4.1 Retorno sobre o ativo

Consiste em um dos índices de mais relevância da análise das demonstrações financeiras, pois apresenta o comportamento da empresa de uma maneira geral. Compreende-se que esse índice deveria ser utilizado pelas empresas para mensurar o seu desempenho, evidenciando os resultados conseguidos com os

resultados almejados. Esse índice apresenta o quanto de lucro do exercício proporcional de investimento total.

O giro do ativo é muito utilizado para verificar a eficácia e eficiência operacional, revelando se a empresa soube utilizar os recursos aplicados de forma a proporcionar melhores resultados. O giro do ativo representa o quanto a empresa está girando seu ativo na obtenção de resultado, é o ciclo financeiro da empresa.

Para Matarazzo (2008, p. 176) "O sucesso de uma empresa depende em primeiro lugar de um volume de vendas adequado."

Fórmula:

Retorno sobre o ativo = Lucro Liquido ÷ Ativo total

Para Neves e Viceconti (2007, p. 437) "Este quociente indica a eficiência com a qual a empresa utiliza os seus recursos totais aplicados no ativo para proporcionar vendas."

Segundo Marion, (1993, p. 489, 490) "Quanto maior for o "giro" do Ativo pelas vendas, maior deverá ser a Taxa de Lucro."

2.3.2.4.2 Margem de Lucro

Segundo Reis (2009, p. 293):

Indica qual a percentagem de lucro contida em cada unidade monetária de mercadoria vendida ou de serviços prestado e, por complemento aritmético, o custo respectivo:

Lucro Operacional ÷ Receita Líquida × 100

Tem o objetivo de demonstrar o quanto representa o lucro líquido em relação às vendas da empresa, ou seja, é a participação das vendas no lucro líquido da empresa.

Para Matarazzo (2008, p. 177) "Indica quanto a empresa obtém de lucro para cada \$ 100 vendidos."

Para Marion (1993, p. 489) "Margem Iíquida = Lucro Iíquido ÷ Vendas Iíquidas."

Conforme Szuster (2008, p. 464) "A margem líquida (ML) corresponde ao quociente entre o lucro líquido (LL) e a receita líquida (RL)."

Fórmula:

Margem de lucro = (Lucro liquido ÷ Receita liquida) × 100

Os índices de lucratividade representam a relação entre os rendimentos conseguidos e as vendas obtidas.

2.3.2.4.3 Giro do ativo

A rotação do ativo indica quantas vezes as vendas promoveram de giro do valor total aplicado no ativo, quanto maior o índice melhor para a empresa pois assim a mesma terá um maior aproveitamento dos recursos aplicados no ativo.

Fórmula:

Giro do ativo = Vendas ÷ Ativo

2.3.2.4.4 Retorno sobre o patrimônio líquido

Para Matarazzo (2008, p.180, 181) "O papel do índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido é mostrar qual a taxa de rendimento do Capital de Próprio."

> Fórmula:

Retorno sobre o patrimônio líquido = (Lucro Líquido ÷ Patrimônio Líquido Médio) × 100 .

Segundo Neves e Viceconti (2007, p. 442) "Mede o retorno obtido sobre o investimento efetuado pelos proprietários."

Conforme Szuster (2008, p. 466) "O retorno sobre o patrimônio líquido (RPL) corresponde ao quociente entre o lucro líquido (LL) e o patrimônio líquido médio (PL_m)."

2.3.2.5 Índice de atividade

No concernente a indicadores de atividade, Matarazzo (1995, p. 317):

A conjugação dos três índices de prazos médios leva à análise dos ciclos operacional e de caixa, elementos fundamentais para a determinação de estratégias empresariais, tanto comerciais quanto financeiras, geralmente vitais para a determinação do fracasso ou sucesso de uma empresa.

São índices utilizados para demonstrar os prazos que a empresa tem para pagar seus fornecedores, vender seus produtos, receber sua contas, renovar seu estoque, medindo a rapidez em que as contas circulantes são convertidas em caixa.

Os índices que formam o grupo de prazos médios demonstram um pouco da dinâmica da empresa, de forma que as demonstrações representam uma situação estática da estrutura patrimonial da empresa evidenciando o ciclo financeiro da empresa, o qual constitui para um fator determinante da necessidade de capital de giro, podendo afetar a lucratividade, a liquidez e o endividamento da empresa.

Os índices de prazos médios utilizados nesse trabalho se dividem em: prazo médio de estocagem (PME), prazo médio de pagamento a fornecedores (PMPF), prazo médio de cobrança (PMC) e prazo médio de desconto (PMDD).

2.3.2.5.1 Prazo médio de estocagem

Indica quanto tempo que a mercadoria fica estocada, ou seja, quanto tempo ela demora para ser vendida.

Szuster (2008, p. 470) "O prazo médio de estocagem indica, em média, quanto tempo o estoque permanece na prateleira, isto é, o tempo decorrido entre a compra e a venda da mercadoria."

O prazo de renovação dos estoques indica quantas vezes o estoque girou na empresa dentro do ano, ou ainda, quantas vezes o estoque demora para sair do estabelecimento.

Assaf Neto (2007, p. 200) [...] "indicando o tempo médio que a mercadoria permanece em estoque à espera de ser vendida. Para o comércio, o índice pode ser interpretado, também, como o prazo de venda da empresa."

Fórmula:

Prazo médio de estocagem = (Estoque de mercadorias (média) ÷ custo da mercadoria vendida) × 360.

2.3.2.5.2 Prazo médio de pagamento a fornecedores

Esse índice tem o objetivo de determinar qual o tempo médio que a empresa utiliza para pagar as compras efetuadas, ou seja, seus fornecedores.

Fórmula:

Prazo médio de pagamento dos fornecedores = (Fornecedores a Pagar (média) ÷ Compras a Prazo) × 360.

Determine o tempo médio que a empresa demora em pagar suas compras. (ASSAF NETO 2007, p. 199).

O prazo de pagamento das compras indica quanto tempo a empresa demora para efetuar uma compra completa, ou seja, comprar e pagar essa compra.

Segundo Neves e Viceconti (2007, p. 440) "Indica o prazo médio necessário ao pagamento das obrigações com os fornecedores."

Szuster (2008, p. 472) "O prazo médio de pagamento a fornecedores indica, em média, quanto tempo a entidade é financiada por seus fornecedores, pelas compras a prazo."

2.3.2.5.3 Prazo médio de venda (PMV)

Assaf Neto (2007, p.199), no que tange ao assunto:

Também definido por prazo médio de estocagem dos produtos acabados. Esse quociente revela o tempo médio que o produto gasta desde sua elaboração até a venda, ou seja, o prazo que o produto acabado permanece em estoque à espera de ser vendido.

- Fórmula:
- Prazo médio de recebimento das vendas = (Estoque Médio de contas a receber ÷ vendas) x 360.

O prazo médio de recebimento das vendas indica quanto tempo a empresa demora para efetuar uma venda completa, ou seja, vender e receber.

3 METODOLOGIA

Roesch (1999, p. 119) no concernente a metodologia comenta que:

Estas constatações nos autorizam a pensar que o conhecimento do método científico é bastante limitado entre os alunos. Evidentemente, nem todo o projeto implica uma pesquisa de caráter científico, mas argumentase que todo o trabalho em algum momento requer a coleta de informações e suas análises.

De acordo com Fachin (2001, p. 79) "É determinada em relação aos dados ou proporção numérica. [...] A quantificação científica envolve um sistema lógico que sustenta a atribuição de números e que os resultados sejam eficazes."

Na metodologia são apresentados os mecanismos que serão utilizados para se conseguir o resultado da pesquisa, além de se definir quais serão as técnicas que será determinadas para se alcançar o objetivo pretendido.

Já Silva (2003, p. 59), diz que "a metodologia relaciona-se com os objetivos e a finalidade do projeto."

Cervo e Bervian (2002, p. 65), cita:

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referencias teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Em ambos os casos, busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.

Na metodologia devem ser atrelados todos os componentes que irão definir o objeto do estudo, fazendo assim que seja observada a relação de todo conteúdo.

3.1 Caracterização da pesquisa

O estudo teve como pesquisa utilizada a bibliográfica, estudo de caso e ainda a pesquisa documental, que buscaram apresentar a importância da análise das demonstrações contábeis para as empresas do ramo de supermercados. Como métodos de pesquisas foram utilizados o qualitativo e o quantitativo. Foi apresentado

ainda a posição do pesquisador acerca das análises das demonstrações contábeis como ferramenta indispensável às organizações.

3.2 População e amostra

A população foi constituída de uma organização de grande expressividade no mercado nacional, que possui ramo de atividade de supermercados, para acrescentar mais ao conhecimento da pesquisa foram utilizadas a comparação de outras duas concorrentes da empresa foco do estudo na qual foram relatadas as diferenças, bem como, sua representatividade no mercado. A amostragem se deu em 100% das análises das demonstrações contábeis.

3.3 Tratamento e análise dos dados

Os dados foram coletados através de pesquisas bibliográficas e análise documental. Foram utilizados os índices de: liquidez imediata, liquidez corrente, liquidez seca e liquidez geral, endividamento, estrutura, rentabilidade e atividade.

Sendo ainda utilizados livros, pesquisas na internet, no site da própria empresa para a retirada dos dados das demonstrações contábeis, para que fossem feita as devidas análises objetos de estudo desta pesquisa. Os dados foram apresentados com o auxílio de gráfico, planilhas e relatos que favoreceram a compreensão da pesquisa.

4 ANÁLISE DE DADOS

O objeto de estudo é um supermercado de grande porte que atua no setor varejista há mais de 50 anos, sendo a maior empresa de varejo do Brasil. No estudo de caso serão apresentadas uma avaliação dos resultados atuais através dos indicadores econômico - financeiros.

Após terem sido abordados os indicadores de desempenho econômicofinanceiros apresentados na literatura por autores e por categoria, os mesmos foram selecionados considerando os mais úteis e adequados para a análise financeira de supermercados, considerando-se as informações geradas aos administradores e a viabilidade de cálculo desses índices.

Para selecionar os indicadores econômico-financeiros mais úteis para a análise financeira de supermercados, inicialmente, os índices foram divididos em cinco grupos: (I) liquidez, (II) endividamento, (III) estrutura, (IV) rentabilidade e (V) atividade. Os dois primeiros grupos de indicadores evidenciam aspectos da situação financeira da empresa, e os dois últimos evidenciam aspectos da situação econômica.

Como resultados são apresentados nas tabelas os indicadores potencialmente mais adequados para a geração de informações aos administradores de supermercados, considerando-se a praticidade, a disponibilidade de informações e as informações geradas por tais índices.

4.1 Resultados

Os resultados foram apresentados em formas de planilha para facilitar o entendimento do leitor. Todas as planilhas são analisadas e comentadas, de forma que apresenta a importância dessas análises para a tomada de decisão nas empresas, independentemente do seu porte ou ramo de atividade.

a) Balanços patrimoniais padronizados

FORMULÁRIO DE PADRONIZAÇÃO BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em:	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2006
ATIVO TOTAL	11.156.212	10.421.653	9.384.929
ATTWO CIRCUIANTS	2 652 444	2 247 240	2 607 207
ATIVO CIRCULANTE	3.653.414	3.317.218	2.687.297
DISPONÍVEL	1.253.727	750.532	528.654
Caixa e Bancos	133.026	271.575	146.869
Aplicações financeiras	1.120.701	478.957	381.785
CRÉDITOS	1.270.957	1.412.383	1.214.496
Clientes	858.774	923.165	756.359
Impostos a recuperar	292.292	264.725	256.306
Imp. Renda e CS diferidos	46.421	68.303	101.794
Fundo de investimentos	0	54.621	(
Outros	73.470	101.569	100.037
ESTOQUES	1.128.730	1.154.303	944.147
OUTROS	0	0	
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.486.066	1.246.878	1.521.062
Fundos de investimentos	87.380	1.240.878	164.034
	177.066	134.694	94.459
Impostos a recuperar	527.138	577.563	557.558
Imp. Renda e CS diferidos			
Depósitos judiciais	153.440	133.666	112.036
Contas a receber	0	0	(
Controlled	0	0	F2F 0F
Controladas	457.999	337.745	535.854
Outras pessoas ligadas	64.098	47.093	43.030
Outros	18.945	16.117	14.091
ATIVO PERMANENTE	6.016.732	5.857.557	5.176.570
Investimentos	1.463.174	1.365.150	1.116.870
Imobilizado	4.247.947	4.201.847	3.569.815
Intangivel	305.611	290.560	413.822
Diferido	0	0	76.063

Quadro 1: Balanço patrimonial padronizado (Ativo) Fonte: Pesquisas estudo de caso (RODRIGUES – 2009)

O balanço patrimonial foi dividido em ativo e passivo, no primeiro estão apresentados os bens e direitos da empresa. Esse formulário de padronização foi adequado para que fosse apresentados as 3 (três) últimas competências da empresa em estudo.

FORMULÁRIO DE PADRONIZAÇÃO BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em:	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2006
PASSIVO TOTAL	11.156.212	10.421.653	9.384.929
PASSIVO CIRCULANTE	2.691.612	2.540.322	3.011.331
Empréstimos e financiamentos	285.048	156.853	511.321
Debêntures	36.861	29.765	414.761
Fornecedores	1.834.286	1.850.512	1.694.683
Impostos, taxas e contrib.	87.394	81.884	53.602
Dividendos a pagar	61.851	50.084	20.312
Provisões	0	0	0
Dívidas c/pessoas ligadas	12.279	60.151	0
Outras contas	373.893	311.073	316.652
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	3.056.884	2.931.654	1.531.471
Empréstimos e financiamentos	898.702	718.198	139.597
Debêntures	777.868	710.130	159.597 N
Provisões	0	777.024	0
Dívidas c/pessoas ligadas	0	0	0
Adiant. p/ futuro aum. Capital	0	0	0
Outros	1.380.314	1.436.432	1.391.874
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.407.716	4.949.677	4.842.127
Capital Social	4.450.725	4.149.858	3.954.629
Reservas de capital	574.622	555.185	517.331
Reservas de reavaliação	0	0	0
Reservas de lucro	382.369	244.634	370.167
Ajustes de avaliação patrim.	0	0	0
Lucros/Prej. Acumulados	0	0	0
Adiant. p/futuro aum. Capital	0	0	0

Quadro 2: Balanço patrimonial padronizado (Passivo) Fonte: Pesquisas estudo de caso (RODRIGUES – 2009)

b) Demonstração do Resultado do Exercício

FORMULÁRIO DE PADRONIZAÇÃO				
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO				
Exercícios findos em: 31/12/2008 31/12/2007 31/12/2006				
Descrição da conta				
Receita Bruta de Vendas e Serviços	14.436.119	12.787.417	11.905.981	
(-) Deduções da receita Bruta	-1.989.508	-2.054.032	-1.932.528	
(=) Receita Líquida	12.446.611	10.733.385	9.973.453	
(-) Custos dos Bens e Serviços	-9.094.936	-7.688.807	-7.171.308	
(=) Resultado Bruto	3.351.675	3.044.578	2.802.145	
(+/-) Despesas e Receitas operacoinais				
Vendas	-1.960.760	-1.900.348	-1.782.641	
Gerais e administrativas	-437.885	-376.331	-353.266	
Receitas financeiras	244.308	191.164	319.772	
Despesas financeiras	-454.519	-343.774	-477.119	
Outras receitas operacionais	-6.064	-10.451	0	
Outras despesas operacionais	-464.039	-426.022	-399.922	
Resultado Equiv. Patrimonial	76.355	68.755	27.436	
	0	0	0	
(=) Resultado Operacional	349.071	247.571	136.405	
(+/-) Resultado não operacional	0,00	0,00	-17.008	
(=) L.A.I.R.	349.071	247.571	119.397	
	,			
(-) Provisão IRPJ e CSLL	-102.918	-19.734	-59.400	
(-) IR diferido	30.790	-32.857	38.948	
(-) Partic. Estatutarias	-16.516	-9.325	-13.421	
(-) Juros s/capital próprio	0	0	0	
(=) Resultado Exercício	260.427	185.655	85.524	
Número ações	235.249	227.920	113.771.379	
Lucro p/ação	1,10703	0,81456	0,00075	

Quadro 3: Demonstração do Resultado padronizada Fonte: Pesquisas estudo de caso (RODRIGUES – 2009)

c) Análise vertical do Ativo

ANÁLISE VERTICAL - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em:	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2006
ATIVO TOTAL	100,00	100,00	100,00
ATIVO CIRCULANTE	32,75	31,83	28,63
DISPONÍVEL	11,24	7,20	5,63
Caixa e Bancos	1,19	2,61	1,56
Aplicações financeiras	10,05	4,60	4,07
CRÉDITOS	11,39	13,55	12,94
Clientes	7,70	8,86	8,06
Impostos a recuperar	2,62	2,54	2,73
Imp. Renda e CS diferidos	0,42	0,66	1,08
Fundo de investimentos	0,00	0,52	0,00
Outros	0,66	0,97	1,07
ESTOQUES	10,12	11,08	10,06
OUTROS	0,00	0,00	0,00
ATTVO DEALTZÍVEL A LONGO DDATO	40.00	11.00	46.04
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	13,32	11,96	16,21
Fundos de investimentos	0,78	0,00	1,75
Impostos a recuperar	1,59	1,29	1,01
Imp. Renda e CS diferidos	4,73	5,54	5,94
Depósitos judiciais	1,38	1,28	1,19
Contas a receber	0,00	0,00	0,00
Coligadas	0,00	0,00	0,00
Controladas	4,11	3,24	5,71
Outras pessoas ligadas	0,57	0,45	0,46
Outros	0,17	0,15	0,15
ATIVO PERMANENTE	53,93	56,21	55,16
Investimentos	13,12	13,10	11,90
Imobilizado	38,08	40,32	38,04
Intangível	2,74	2,79	4,41
Diferido	0,00	0,00	0,81

Quadro 4: Análise vertical do ativo

Fonte: Pesquisas estudo de caso (RODRIGUES – 2009)

A análise vertical apresenta o quanto cada conta representa dentro do seu grupo, seja ele ativo ou passivo. No caso agrupamento do ativo observou-se que o grupo com maior representatividade foi o ativo permanente e dentro do ativo permanente o subgrupo imobilizado. No entanto normalmente as empresas industriais por operarem mais com máquinas e equipamentos tendem a investir em

imobilizado, já as empresas comerciais tendem mais a investir em estoque para promover a sua circulação.

d) Análise vertical do passivo Análise Vertical - Balanço Patrimonial

Exercícios findos em:	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2006
PASSIVO TOTAL	100,00	100,00	100,00
PASSIVO CIRCULANTE	24,13	24,38	32,09
Empréstimos e financiamentos	2,56	1,51	5,45
Debêntures	0,33	0,29	4,42
Fornecedores	16,44	17,76	18,06
Impostos, taxas e contrib.	0,78	0,79	0,57
Dividendos a pagar	0,55	0,48	0,22
Provisões	0,00	0,00	0,00
Dívidas c/pessoas ligadas	0,11	0,58	0,00
Outras contas	3,35	2,98	3,37
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	27,40	28,13	16,32
Empréstimos e financiamentos	8,06	6,89	1,49
Debêntures	6,97	7,46	0,00
Provisões	0,00	0,00	0,00
Dívidas c/pessoas ligadas	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/ futuro aum. Capital	0,00	0,00	0,00
Outros	12,37	13,78	14,83
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	48,47	47,49	51,59
PATRIMONIO LIQUIDO	70,77	77,73	31,39
Capital Social	39,89	39,82	42,14
Reservas de capital	5,15	5,33	5,51
Reservas de reavaliação	0,00	0,00	0,00
Reservas de lucro	3,43	2,35	3,94
Ajustes de avaliação patrim.	0,00	0,00	0,00
Lucros/Prej. Acumulados	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/futuro aum. Capital	0,00	0,00	0,00

Quadro 5: Análise vertical do passivo

Fonte: Pesquisas estudo de caso (RODRIGUES – 2009)

Já análise do passivo a maior representatividade esta no grupo do patrimônio liquido o que de certa forma é algo salutar a empresa. Para tanto observou também que a empresa passou a trocar as suas contas de curto prazo para as de longo prazo, uma política aceitável diante do mercado extremamente competitivo da atualidade.

e) Análise horizontal do Ativo

ANÁLISE HORIZONTAL - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em:	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2006
ATIVO TOTAL	107,05	111,05	100,00
ATIVO CIRCULANTE	110,13	123,44	100,00
DISPONÍVEL	282,97	310,36	200,00
Caixa e Bancos	48,98	184,91	100,00
Aplicações financeiras	233,99	125,45	100,00
CRÉDITOS	343,74	493,97	100,00
Clientes	93,02	122,05	100,00
Impostos a recuperar	110,41	103,28	100,00
Imp. Renda e CS diferidos	67,96	67,10	100,00
Fundo de investimentos	0,00	100,00	100,00
Outros	72,34	101,53	100,00
ESTOQUES	97,78	122,26	100,00
OUTROS	0,00	0,00	100,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	119,18	81,97	100,00
Fundos de investimentos	100,00	0,00	100,00
Impostos a recuperar	131,46	142,60	100,00
Imp. Renda e CS diferidos	91,27	103,59	100,00
Depósitos judiciais	114,79	119,31	100,00
Contas a receber	0,00	0,00	100,00
Coligadas	0,00	0,00	100,00
Controladas	135,60	63,03	100,00
Outras pessoas ligadas	136,11	109,44	100,00
Outros	117,55	114,38	100,00
ATIVO PERMANENTE	102,72	113,16	100,00
Investimentos	107,18	122,23	100,00
Imobilizado	101,10	117,70	100,00
Intangível	105,18	70,21	100,00
Diferido	0,00	0,00	100,00

Quadro 6: Análise horizontal do ativo

Fonte: Pesquisas estudo de caso (RODRIGUES - 2009)

Percebe-se que a empresa ao longo dos períodos reduziu seu investimento no ativo de curto prazo passando a aplicar no ativo de longo prazo, alterando assim a liquidez da empresa. Em relação ao ativo permanente apesar de ser o de maior investimento, permaneceu com a maioria dos seus itens.

f) Análise Horizontal do Passivo

ANÁLISE HORIZONTAL - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em:	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2006
PASSIVO TOTAL	107,05	111,05	100,00
	_		
PASSIVO CIRCULANTE	105,96	84,36	100,00
Empréstimos e financiamentos	181,73	30,68	100,00
Debêntures	123,84	7,18	100,00
Fornecedores	99,12	109,20	100,00
Impostos, taxas e contrib.	106,73	152,76	100,00
Dividendos a pagar	123,49	246,57	100,00
Provisões	0,00	0,00	100,00
Dívidas c/pessoas ligadas	20,41	100,00	100,00
Outras contas	120,19	98,24	100,00
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	104,27	191,43	100,00
Empréstimos e financiamentos	125,13	514,48	100,00
Debêntures	100,11	100,00	100,00
Provisões	0,00	0,00	100,00
Dívidas c/pessoas ligadas	0,00	0,00	100,00
Adiant. p/ futuro aum. Capital	0,00	0,00	100,00
Outros	96,09	103,20	100,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	109,25	102,22	100,00
TATALONIO LIQUIDO			200,00
Capital Social	107,25	104,94	100,00
Reservas de capital	103,50	107,32	100,00
Reservas de reavaliação	0,00	0,00	100,00
Reservas de lucro	156,30	66,09	100,00
Ajustes de avaliação patrim.	0,00	0,00	100,00
Lucros/Prej. Acumulados	0,00	0,00	100,00
Adiant. p/futuro aum. Capital	0,00	0,00	100,00

Quadro 7: Análise horizontal do passivo

Fonte: Pesquisas estudo de caso (RODRIGUES – 2009)

Já em a análise horizontal do passivo, observou-se que a empresa vem realmente alterando sua política de dívidas de curto para longo prazo. Passando a aplicar mais no patrimônio imobilizado e diminuindo suas dívidas de curto prazo.

g) Análise vertical DRE

ANÁLISE VERTICAL - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Exercícios findos em:	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2006
Descrição da conta			
Receita Bruta de Vendas e Serviços	100,00	100,00	100,00
(-) Deduções da receita Bruta	-13,78	-16,06	-16,23
(=) Receita Líquida	86,22	83,94	83,77
(-) Custos dos Bens e Serviços	-63,00	-60,13	-60,23
(=) Resultado Bruto	23,22	23,81	23,54
(+/-) Despesas e Receitas operacoinais			
Vendas	-13,58	-14,86	-14,97
Gerais e administrativas	-3,03	-2,94	-2,97
Receitas financeiras	1,69	1,49	2,69
Despesas financeiras	-3,15	-2,69	-4,01
Outras receitas operacionais	-0,04	-0,08	0,00
Outras despesas financeiras	-3,21	-3,33	-3,36
Resultado Equiv. Patrimonial	0,53	0,54	0,23
	0,00	0,00	0,00
(=) Resultado Operacional	2,42	1,94	1,15
(+/-) Resultado não operacional	0,00	0,00	-0,14
(=) L.A.I.R.	2,42	1,94	1,00
(-) Provisão IRPJ e CSLL	-0,71	-0,15	-0,50
(-) IR diferido	0,00	0,00	0,00
(-) Partic. Estatutarias	0,00	0,00	0,00
(-) Juros s/capital próprio	0,00	0,00	0,00
(=) Resultado Exercício	1,71	1,78	0,51
Número ações			
Lucro p/ação			

Quadro 8: Análise vertical da DRE

Fonte: Pesquisas estudo de caso (RODRIGUES – 2009)

Em relação a análise vertical da DRE, observou-se que a receita representa o maior índice de ganhos da empresa e em relação aos custos e despesas aparece o custo das mercadorias, com a maior representatividade devido ao ramo de atividade da empresa, que caracteriza-se pela venda de mercadorias, diferentemente de outros ramos como a indústria ou serviços que podem ter outras despesas com maior representatividade.

h) Análise horizontal DRE

ANÁLISE HORIZONTAL - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Descrição da conta Receita Bruta de Vendas e Serviços 112,89 107,40 100,00				
Receita Bruta de Vendas e Serviços 112,89 107,40 100,00	Exercícios findos em:	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2006
(-) Deduções da receita Bruta 96,86 106,29 100,00 (=) Receita Líquida 115,96 107,62 100,00 (-) Custos dos Bens e Serviços 118,29 107,22 100,00 (+/-) Despesas e Receitas operacoinais Vendas 110,09 108,65 100,00 Receitas financeiras 116,36 106,53 100,00 Despesas financeiras 127,80 59,78 100,00 Outras receitas operacionais 132,21 72,05 100,00 Outras despesas financeiras 108,92 106,53 100,00 Resultado Equiv. Patrimonial 111,05 250,60 100,00 (+/-) Resultado Operacional 0,00 0,00 100,00 (-) Provisão IRPJ e CSLL 521,53 33,22 100,00 (-) IR diferido 93,71 -84,36 100,00 (-) Juros s/capital próprio 0,00 0,00 100,00 (E) Resultado Exercício 140,27 217,08 100,00 (-) Rúmero ações	Descrição da conta			
(=) Receita Líquida 115,96 107,62 100,00 (-) Custos dos Bens e Serviços 118,29 107,22 100,00 (=) Resultado Bruto 110,09 108,65 100,00 (+/-) Despesas e Receitas operacoinais Vendas 103,18 106,60 100,00 Gerais e administrativas 116,36 106,53 100,00 Receitas financeiras 127,80 59,78 100,00 Despesas financeiras 132,21 72,05 100,00 Outras receitas operacionais 58,02 100,00 100,00 Outras despesas financeiras 108,92 106,53 100,00 Resultado Equiv. Patrimonial 111,05 250,60 100,00 (=) Resultado operacional 141,00 181,50 100,00 (+/-) Resultado não operacional 0,00 0,00 100,00 (-) Provisão IRPJ e CSLL 521,53 33,22 100,00 (-) Provisão IRPJ e CSLL 521,53 33,22 100,00 (-) Provisão IRPJ e CSLL 521,53 33,22	Receita Bruta de Vendas e Serviços	112,89	107,40	100,00
(-) Custos dos Bens e Serviços 118,29 107,22 100,00 (=) Resultado Bruto 110,09 108,65 100,00 (+/-) Despesas e Receitas operacoinais Vendas 103,18 106,60 100,00 Gerais e administrativas 116,36 106,53 100,00 Receitas financeiras 127,80 59,78 100,00 Despesas financeiras 132,21 72,05 100,00 Outras receitas operacionais 58,02 100,00 100,00 Outras despesas financeiras 108,92 106,53 100,00 Resultado Equiv. Patrimonial 111,05 250,60 100,00 (+/-) Resultado não operacional 0,00 0,00 100,00 (+/-) Resultado não operacional 141,00 181,50 100,00 (-) Provisão IRPJ e CSLL 521,53 33,22 100,00 (-) Provisão IRPJ e CSLL 521,53 33,22 100,00 (-) Provisão IRPJ e CSLL 521,53 33,22 100,00 (-) Partic. Estatutarias 177,12 69,48 100,00 (-) Juros s/capital próprio 0,00 0,00 100,00 Résultado Exercício 140,27 217,08 100,00	(-) Deduções da receita Bruta	96,86	106,29	100,00
(=) Resultado Bruto 110,09 108,65 100,00 (+/-) Despesas e Receitas operacoinais 103,18 106,60 100,00 Gerais e administrativas 116,36 106,53 100,00 Receitas financeiras 127,80 59,78 100,00 Despesas financeiras 132,21 72,05 100,00 Outras receitas operacionais 58,02 100,00 100,00 Outras despesas financeiras 108,92 106,53 100,00 Resultado Equiv. Patrimonial 111,05 250,60 100,00 (=) Resultado Operacional 141,00 181,50 100,00 (+/-) Resultado não operacional 0,00 0,00 100,00 (+/-) Resultado não operacional 0,00 0,00 100,00 (-) Provisão IRPJ e CSLL 521,53 33,22 100,00 (-) IR diferido -93,71 -84,36 100,00 (-) Partic. Estatutarias 177,12 69,48 100,00 (-) Juros s/capital próprio 0,00 0,00 0,00 100,00 (=	(=) Receita Líquida	115,96	107,62	100,00
Vendas 103,18 106,60 100,00 Gerais e administrativas 116,36 106,53 100,00 Receitas financeiras 127,80 59,78 100,00 Despesas financeiras 132,21 72,05 100,00 Outras receitas operacionais 58,02 100,00 100,00 Outras despesas financeiras 108,92 106,53 100,00 Resultado Equiv. Patrimonial 111,05 250,60 100,00 (=) Resultado Operacional 141,00 181,50 100,00 (+/-) Resultado não operacional 0,00 0,00 100,00 (+/-) Resultado não operacional 141,00 207,35 100,00 (+/-) Resultado não operacional 521,53 33,22 100,00 (-) Provisão IRPJ e CSLL 521,53 33,22 100,00 (-) Partic. Estatutarias 177,12 69,48 100,00 (-) Juros s/capital próprio 0,00	(-) Custos dos Bens e Serviços	118,29	107,22	100,00
Vendas 103,18 106,60 100,00 Gerais e administrativas 116,36 106,53 100,00 Receitas financeiras 127,80 59,78 100,00 Despessas financeiras 132,21 72,05 100,00 Outras receitas operacionais 58,02 100,00 100,00 Outras despesas financeiras 108,92 106,53 100,00 Resultado Equiv. Patrimonial 111,05 250,60 100,00 (=) Resultado Operacional 141,00 181,50 100,00 (+/-) Resultado não operacional 0,00 0,00 100,00 (=) L.A.I.R. 141,00 207,35 100,00 (-) Provisão IRPJ e CSLL 521,53 33,22 100,00 (-) IR diferido -93,71 -84,36 100,00 (-) Partic. Estatutarias 177,12 69,48 100,00 (-) Juros s/capital próprio 0,00 0,00 0,00 100,00 (=) Resultado Exercício 140,27 217,08 100,00	(=) Resultado Bruto	110,09	108,65	100,00
Gerais e administrativas 116,36 106,53 100,00 Receitas financeiras 127,80 59,78 100,00 Despesas financeiras 132,21 72,05 100,00 Outras receitas operacionais 58,02 100,00 100,00 Outras despesas financeiras 108,92 106,53 100,00 Resultado Equiv. Patrimonial 111,05 250,60 100,00 (+/-) Resultado Operacional 0,00 0,00 100,00 (+/-) Resultado não operacional 0,00 0,00 100,00 (-) Provisão IRPJ e CSLL 521,53 33,22 100,00 (-) IR diferido -93,71 -84,36 100,00 (-) Partic. Estatutarias 177,12 69,48 100,00 (-) Juros s/capital próprio 0,00 0,00 100,00 (=) Resultado Exercício 140,27 217,08 100,00	(+/-) Despesas e Receitas operacoinais			
Gerais e administrativas 116,36 106,53 100,00 Receitas financeiras 127,80 59,78 100,00 Despesas financeiras 132,21 72,05 100,00 Outras receitas operacionais 58,02 100,00 100,00 Outras despesas financeiras 108,92 106,53 100,00 Resultado Equiv. Patrimonial 111,05 250,60 100,00 (+/-) Resultado Operacional 0,00 0,00 100,00 (+/-) Resultado não operacional 0,00 0,00 100,00 (-) Provisão IRPJ e CSLL 521,53 33,22 100,00 (-) IR diferido -93,71 -84,36 100,00 (-) Partic. Estatutarias 177,12 69,48 100,00 (-) Juros s/capital próprio 0,00 0,00 100,00 (=) Resultado Exercício 140,27 217,08 100,00	Vendas	103,18	106,60	100,00
Despesas financeiras	Gerais e administrativas			
Despesas financeiras	Receitas financeiras			
Outras receitas operacionais 58,02 100,00 100,00 Outras despesas financeiras 108,92 106,53 100,00 Resultado Equiv. Patrimonial 111,05 250,60 100,00 (=) Resultado Operacional 141,00 181,50 100,00 (+/-) Resultado não operacional 0,00 0,00 100,00 (=) L.A.I.R. 141,00 207,35 100,00 (-) Provisão IRPJ e CSLL 521,53 33,22 100,00 (-) IR diferido -93,71 -84,36 100,00 (-) Partic. Estatutarias 177,12 69,48 100,00 (-) Juros s/capital próprio 0,00 0,00 100,00 (=) Resultado Exercício 140,27 217,08 100,00	Despesas financeiras		72,05	
Outras despesas financeiras 108,92 106,53 100,00 Resultado Equiv. Patrimonial 111,05 250,60 100,00 (=) Resultado Operacional 141,00 181,50 100,00 (+/-) Resultado não operacional 0,00 0,00 100,00 (=) L.A.I.R. 141,00 207,35 100,00 (-) Provisão IRPJ e CSLL 521,53 33,22 100,00 (-) IR diferido -93,71 -84,36 100,00 (-) Partic. Estatutarias 177,12 69,48 100,00 (-) Juros s/capital próprio 0,00 0,00 100,00 (=) Resultado Exercício 140,27 217,08 100,00	Outras receitas operacionais	58,02	100,00	
(=) Resultado Operacional 141,00 181,50 100,00 (+/-) Resultado não operacional 0,00 0,00 100,00 (=) L.A.I.R. 141,00 207,35 100,00 (-) Provisão IRPJ e CSLL 521,53 33,22 100,00 (-) IR diferido -93,71 -84,36 100,00 (-) Partic. Estatutarias 177,12 69,48 100,00 (-) Juros s/capital próprio 0,00 0,00 100,00 (=) Resultado Exercício 140,27 217,08 100,00 Número ações				
(+/-) Resultado não operacional 0,00 0,00 100,00 (=) L.A.I.R. 141,00 207,35 100,00 (-) Provisão IRPJ e CSLL 521,53 33,22 100,00 (-) IR diferido -93,71 -84,36 100,00 (-) Partic. Estatutarias 177,12 69,48 100,00 (-) Juros s/capital próprio 0,00 0,00 100,00 (=) Resultado Exercício 140,27 217,08 100,00 Número ações	Resultado Equiv. Patrimonial	111,05	250,60	100,00
(+/-) Resultado não operacional 0,00 0,00 100,00 (=) L.A.I.R. 141,00 207,35 100,00 (-) Provisão IRPJ e CSLL 521,53 33,22 100,00 (-) IR diferido -93,71 -84,36 100,00 (-) Partic. Estatutarias 177,12 69,48 100,00 (-) Juros s/capital próprio 0,00 0,00 100,00 (=) Resultado Exercício 140,27 217,08 100,00 Número ações				
(=) L.A.I.R. 141,00 207,35 100,00 (-) Provisão IRPJ e CSLL 521,53 33,22 100,00 (-) IR diferido -93,71 -84,36 100,00 (-) Partic. Estatutarias 177,12 69,48 100,00 (-) Juros s/capital próprio 0,00 0,00 100,00 (=) Resultado Exercício 140,27 217,08 100,00 Número ações	(=) Resultado Operacional	141,00	181,50	100,00
(=) L.A.I.R. 141,00 207,35 100,00 (-) Provisão IRPJ e CSLL 521,53 33,22 100,00 (-) IR diferido -93,71 -84,36 100,00 (-) Partic. Estatutarias 177,12 69,48 100,00 (-) Juros s/capital próprio 0,00 0,00 100,00 (=) Resultado Exercício 140,27 217,08 100,00 Número ações				
(-) Provisão IRPJ e CSLL 521,53 33,22 100,00 (-) IR diferido -93,71 -84,36 100,00 (-) Partic. Estatutarias 177,12 69,48 100,00 (-) Juros s/capital próprio 0,00 0,00 100,00 (=) Resultado Exercício 140,27 217,08 100,00 Número ações	(+/-) Resultado não operacional	0,00	0,00	100,00
(-) IR diferido -93,71 -84,36 100,00 (-) Partic. Estatutarias 177,12 69,48 100,00 (-) Juros s/capital próprio 0,00 0,00 100,00 (=) Resultado Exercício 140,27 217,08 100,00 Número ações	(=) L.A.I.R.	141,00	207,35	100,00
(-) IR diferido -93,71 -84,36 100,00 (-) Partic. Estatutarias 177,12 69,48 100,00 (-) Juros s/capital próprio 0,00 0,00 100,00 (=) Resultado Exercício 140,27 217,08 100,00 Número ações	(-) Provicão IPPI o CSLI	521 52	22 22	100.00
(-) Partic. Estatutarias 177,12 69,48 100,00 (-) Juros s/capital próprio 0,00 0,00 100,00 (=) Resultado Exercício 140,27 217,08 100,00 Número ações	()		,	
(-) Juros s/capital próprio 0,00 0,00 100,00 (=) Resultado Exercício 140,27 217,08 100,00 Número ações	· /			
(=) Resultado Exercício 140,27 217,08 100,00 Número ações	()			
Número ações	() Jaios s/capital propilo	0,00	0,00	100,00
	(=) Resultado Exercício	140,27	217,08	100,00
	Número acões		I	
LUCTO D/ACAO	Lucro p/ação			

Quadro 9: Análise horizontal da DRE

Fonte: Pesquisas estudo de caso (RODRIGUES - 2009)

Na análise horizontal da DRE, observou-se que dentre os itens, o que mais teve evolução foi o resultado do exercício subindo a 217,08%, mostrando assim que houve um aumento nas receitas da empresa, mais precisamente um aumento no ganho da equivalência patrimonial, na qual, esse desencadeou um aumento na tributação da empresa.

i) Índices de liquidez

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

<u>Cálculo</u>	<u>Cálculo</u>	<u>Cálculo</u>
AC + ARLP PC + PELP	AC + ARLP PC + PELP	AC + ARLP PC + PELP
31/12/2006	31/12/2007	31/12/2008
4.208.359 4.542.802	4.564.096 5.471.976	5.139.480 5.748.496
0,926379578	0,83408553	0,894056463

Quadro 10: Índice de liquidez geral

Fonte: Pesquisas estudo de caso (RODRIGUES – 2009)

Mostra a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, considerando tudo o que ela converterá em dinheiro (a curto e longo prazo), relacionando-se com tudo o que já assumiu como dívida (a curto e longo prazo).

Considerando a instabilidade da economia nacional no ano de 2006 e as incertezas políticas e o elevado crescimento do Risco-Brasil, impulsionado pelo cenário econômico, afetando também o mercado, a Empresa Cia. De Distribuição S.A obteve uma decrescente extensão de seus lucros diminuindo sua capacidade de pagamento, chegando em 2007 ao índice 0,83 ocasionado por um aumento do seu exigível a longo prazo e pela diminuição no seu ativo circulante, o que representa uma preocupação para a empresa que não poderia nesse momento liquidar suas dívidas, dependendo assim de outros recursos. Mas por outro lado, a empresa em 2008 aumentou seu índice para 0,89.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

<u>Cálculo</u>	<u>Cálculo</u>	<u>Cálculo</u>
AC PC	AC PC	AC PC
31/12/2006	31/12/2007	31/12/2008
2.687.297 3.011.331	3.317.218 2.540.322	3.653.414 2.691.612
0,89239509	1,305825797	1,357333078

Quadro 11: Índice de liquidez corrente

Fonte: Pesquisas estudo de caso (RODRIGUES – 2009)

O índice de liquidez corrente apresenta a relação entre os itens circulantes da empresa, ou seja, aqueles itens que serão negociáveis dentro do exercício, antes dos 360 dias. Conforme demonstrado acima, a empresa modificou sua política de trabalho, passando a assumir obrigações de longo prazo, fazendo assim que o seu capital de giro possa circular na empresa, trazendo sua liquidez corrente para o índice de 1,35, ou seja, dessa forma poderá pagar todas as suas dívidas de curto prazo e ainda sobram 0,35 para cada Real.

A empresa apresenta uma excelente situação de liquidez corrente visto que consegue pagar suas dívidas de curto prazo e ainda se dispõe de dinheiro para pagar o restante das dívidas.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA

<u>Cálculo</u>	<u>Cálculo</u>	<u>Cálculo</u>
Disponivel PC	Disponivel PC	Disponivel PC
31/12/2006	31/12/2007	31/12/2008
1.253.727,00 3.011.331	750.532,00 2.540.322	1.253.727,00 2.691.612
0,416336497	0,295447585	0,465790389

Quadro 12: Índice de liquidez imediata

Fonte: Pesquisas estudo de caso (RODRIGUES – 2009)

O Índice de liquidez imediata demonstra o quanto a empresa possui imediatamente para saldar suas dívidas de curto prazo. Para efeito de análise, é um índice sem muito realce, pois relaciona dinheiro disponível com valores, que vencerão em datas mais variadas possíveis, embora a curto prazo.

Apesar de existir excelentes índices, no que tange a liquidez imediata a Cia Brasileira de Distribuição deixa a desejar, pois, o aumento do seu disponível é irrelevante em relação ao aumento do seu passivo circulante que é um aumento considerável nos mesmos anos, ocasionando assim uma queda no índice de liquidez imediata. Somente em 2008 que o índice começou novamente a acompanhar o aumento do passivo circulante.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ SECA

<u>Cálculo</u>	<u>Cálculo</u>	<u>Cálculo</u>
AC - Estoques PC	AC - Estoques PC	AC - Estoques PC
31/12/2006	31/12/2007	31/12/2008
1.743.150 3.011.331	2.162.915 2.540.322	2.524.684 2.691.612
0,578863632	0,851433401	0,937982146

Quadro 13: Índice de liquidez seca

Fonte: Pesquisas estudo de caso (RODRIGUES - 2009)

O índice de liquidez seca pressupõe se a empresa sofresse uma total paralisação de suas vendas, ou se seu estoque se tornasse obsoleto quais seriam as chances de pagar suas dívidas com disponível e duplicatas a receber. Esse índice exclui o estoque.

Houve um grande aumento dos estoques de 2006 para 2007 (cerca de 22,3%) ocasionado pelo pequeno acréscimo das vendas e principalmente um aumento na conta de fornecedores, contudo o Passivo Circulante ocasionou uma queda.

A análise do Índice de liquidez seca demonstra que a Cia Brasileira de Distribuição S.A. está em recuperação crescente relacionado ao ano de 2007, pois nem sempre um índice de liquidez seca baixo é sintonia da situação financeira

apertada. Até o final do ano 2009, mesmo com o decréscimo em 2007 a Cia Brasileira de Distribuição terá condições de chegar ao índice de liquidez seca satisfatório, pois há um considerável aumento das vendas.

j) Índices de endividamento

PARTICIPACÕES DE TERCEIROS

<u>Cálculo</u>	<u>Cálculo</u>	<u>Cálculo</u>
CT	CT	CT
PL	PL	PL
31/12/2006	31/12/2007	31/12/2008
4.542.802	5.471.976	5.748.496
4.842.127	4.949.677	5.407.716
0,938183158	1,105521835	1,063017363

Quadro 14: Participação de terceiros

Fonte: Pesquisas estudo de caso (RODRIGUES – 2009)

Índice utilizado para se comparar qual a porcentagem das dívidas a curto e longo prazo, consequentemente quanto menor o índice melhor, pois assim, a empresa terá capital de giro.

Significa dizer que esse índice analisa quanto do capital de terceiros está sendo utilizado para financiar a operacionalização da empresa.

No caso da Cia Brasileira de Distribuição significa dizer que a mesma operou em 2008 com 110% dos recursos de terceiros, financiando suas operações. É preciso que a empresa comece a diminuir esse índice, pois quanto mais baixo melhor para ela, significa que a mesma estará financiando suas próprias operações, concentrando-se no capital próprio da empresa.

COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

<u>Cálculo</u>	<u>Cálculo</u>	<u>Cálculo</u>
PC CT	PC CT	PC CT
31/12/2006	31/12/2007	31/12/2008
3.011.331 4.542.802	2.540.322 5.471.976	2.691.612 5.748.496
0,66287965	0,464242168	0,468228907

Quadro 15: Composição de endividamento

Fonte: Pesquisas estudo de caso (RODRIGUES - 2009)

Esse índice indica quanto de capital próprio está disponível para pagamento das dívidas com terceiros. É importante que esse índice seja o mais alto possível, pois irá garantir maior credibilidade com credores que emprestam capital a empresa. Por outro lado, talvez não seja necessário que a empresa seja sempre financiada por credores.

No caso da Cia Brasileira de Distribuição observou-se que a mesma não detém de capital próprio suficiente para arcar com as dívidas de terceiros, apresentando assim aos credores uma situação não muito satisfatória para conseguir empréstimos.

IMOBILIZAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO

<u>Cálculo</u>	<u>Cálculo</u>	<u>Cálculo</u>
AP PL	AP PL	AP PL
31/12/2006	31/12/2007	31/12/2008
5.176.570 4.842.127	5.857.557 4.949.677	6.016.732 5.407.716
1,06906944	1,18342207	1,11261982

Quadro 16: Imobilização do capital próprio

Fonte: Pesquisas estudo de caso (RODRIGUES – 2009)

Esse índice indica quanto do patrimônio próprio está financiando o ativo fixo da empresa. Para as empresas é importante que o ativo fixo da empresa esteja sendo financiado pelo próprio capital da empresa, no entanto é preciso compreender também que os outros ativos devem ser financiados pelo patrimônio próprio.

No caso da Cia Brasileira de Distribuição observa-se que a mesma dispõe de um ativo fixo grande para o seu ramo de atividade o que muitas vezes não é aconselhável por não se tratar de uma indústria. O fato é que de acordo com a análise de imobilização do capital próprio o patrimônio próprio está financiando em 100% o ativo fixo da empresa e ainda uma parte está sendo financiada por terceiros, além de que todo o restante do ativo da empresa ser financiado por terceiros.

IMOBILIZAÇÃO DOS RECURSOS NÃO CORRENTES

<u>Cálculo</u>	<u>Cálculo</u>	<u>Cálculo</u>
AP PL + PNC	AP PL + PNC	AP PL + PNC
31/12/2006	31/12/2007	31/12/2008
5.176.570 6.373.598	5.857.557 7.881.331	6.016.732 8.464.600
0,812189598	0,743219261	0,710811143

Quadro 17: Imobilização dos recursos não correntes Fonte: Pesquisas estudo de caso (RODRIGUES – 2009)

Esse índice indica quanto de recursos não correntes na empresa foram aplicados no ativo fixo da mesma, quanto menor o índice melhor, pois a empresa necessita utilizar de recursos que façam giro com maior agilidade e não de recursos que demoram a circular na empresa.

No caso da empresa em estudo observou-se que a mesma vinha se utilizando de recursos não correntes para aplicar no ativo fixo da empresa, no entanto a mesma melhorou esses índices em 2007 e 2008 e passou a financiar seu imobilizado com valores de maior circulação.

I) Indicadores de atividade

<u>Cálculo</u>	<u>Cálculo</u>
CMV	CMV
Estoque Médio	Estoque Médio
31/12/2007	31/12/2008
7.688.807	9.094.936
1.049.225	1.141.517
7,328082156	7,967415276
<u>Período</u>	<u>Período</u>
Giro	Giro
<u>360</u>	<u>360</u>
7,3280822	7,9674153
49,12608679	45,18403868

Quadro 18: Prazo médio de renovação dos estoques Fonte: Pesquisas estudo de caso (RODRIGUES – 2009)

Relaciona-se a análise de quantos dias a empresa demora, em média, para renovar seu estoque. Quanto maior for à velocidade de renovação de estoque, melhor. Por outro lado quanto mais lento for o pagamento das compras, desde que não ocorram atrasos, melhor.

Em relação a renovação de estoques a Cia Brasileira de Distribuição girou ou renovou seus estoque em mais de 7 (sete) vezes no ano. Isso indica uma boa rotatividade dos estoques, quanto maior esse índice melhor será a rotatividade da empresa. Isso leva a crer ainda que a cada 49 dias a empresa renova os seus estoques.

Em relação ao ano de 2008 a empresa promoveu uma maior rotatividade dos seus estoques que passou de 7 para 8 vezes no ano. E diminui para 45 dias o prazo de renovação dos estoques.

PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO DAS CONTAS A RECEBER

<u>Cálculo</u>	<u>Cálculo</u>
Vendas	Vendas
CR Média	CR Média
31/12/2007	31/12/2008
12.787.417	14.436.119
839.762	890.970
15,22742991	16,2027084
Período	Período
Giro	Giro
360	360
15,227430	16,20271
23,641547	22,21850762

Quadro 19: Prazo médio de recebimento das vendas Fonte: Pesquisas estudo de caso (RODRIGUES – 2009)

O saldo no final do exercício de duplicatas a receber (BP) representa uma parcela do total de vendas (DRE). Certamente, duplicatas a receber representam as vendas do final do ano. Atentando para o total de vendas, nota-se que, nesta conta, estão acumuladas vendas do ano todo.

A melhor maneira de representatividade de duplicatas a receber, é utilizar valores médios de duplicatas a receber, apenas se houver inflação alta ou oscilações relevantes de vendas. Todavia, se a empresa tem vendas e compras regulares, uniformes no ano, numa economia com baixa inflação, é possível trabalhar com valores finais de estoques, duplicatas a receber e compras e fornecedores.

A Cia Brasileira de Distribuição em média no ano vende e recebe 15 vezes conforme apresentado em 2007, isso corresponde a 23 dias para realizar uma venda completa, ou seja, vender e receber, devido a política de vendas, relacionadas com prazo de pagamentos de seus clientes.

Já em relação a 2008 percebe-se que a empresa aumentou o número de vezes que efetua vendas completas, ou seja, vende e recebe. O que corresponde

também a diminuição de 23 para 22 dias para efetuar a venda completa. Quanto maior esse índice melhor para empresa.

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO DAS COMPRAS

<u>Cálculo</u>	<u>Cálculo</u>
Compras	Compras
Média Fornec.	Média Fornec.
31/12/2007	31/12/2008
5.590.357	6.811.903
1.772.598	1.842.399
3,15376559	3,697300639
Período	Período
Giro	Giro
360	360
3,153766	3,6973006
114,1492574	97,36833305

Quadro 20: Prazo médio de pagamento dos fornecedores Fonte: Pesquisas estudo de caso (RODRIGUES – 2009)

Esse índice indica o prazo médio para pagamento das compras aos fornecedores.

Em 2007 a empresa efetuou 3 compras completas ou seja, comprou e pagou os seus fornecedores. Isso significa dizer que a empresa detém de um prazo de 114 dias para comprar e pagar, ou seja, devido as complexidades do mercado os seus fornecedores oferecem políticas de incentivo determinando prazos extenso para a quitação das duplicatas, e isso favorece a empresa, pois dá tempo para comprar, vender, receber e ainda gerar fluxo de caixa com o dinheiro recebido para somente depois pagar.

Já em relação a 2008 observou-se que a empresa aumentou o seu prazo de compra completa para 4, além de diminuir o seu prazo de pagamento a fornecedores para 97 dias, o que ainda não deixou de ser satisfatórios em relação as vendas que são 23 dias.

m) Índices de rentabilidade

RENTABILIDADE DO CAPITAL PRÓPRIO

<u>Cálculo</u>	<u>Cálculo</u>	<u>Cálculo</u>
LLE x 100 PL	LLE x 100 PL	LLE x 100 PL
31/12/2006	31/12/2007	31/12/2008
8.552.400 4.842.127	18.565.500 4.949.677	26.042.700 5.407.716
1,77 %	3,75 %	4,82 %

Quadro 21: Rentabilidade do capital próprio

Fonte: Pesquisas estudo de caso (RODRIGUES – 2009)

Esse índice indica a remuneração do capital próprio aplicados na empresa. Quanto maior esse índice, maior a satisfação dos proprietários que investiram na empresa.

Em 2006 com 1,77% a remuneração dos investimentos dos sócios não apresentou-se muito satisfatório, no entanto observa-se em 2007 e 2008 um crescimento considerável, fazendo que gere novas expectativas para os anos seguintes.

RENTABILIDADE DO ATIVO

<u>Cálculo</u>	<u>Cálculo</u>	<u>Cálculo</u>
LLE x 100 AT	LLE x 100	LLE x 100 AT
31/12/2006	31/12/2007	31/12/2008
8.552.400 9.384.929	18.565.500 10.421.653	26.042.700 11.156.212
0,91 %	1,78 %	2,33 %

Quadro 22: Rentabilidade do ativo

Fonte: Pesquisas estudo de caso (RODRIGUES - 2009)

Esse índice retrata o retorno proporcionado pelo lucro líquido em relação ao ativo total da empresa.

Não obstante ao patrimônio líquido, esse índice quanto maior melhor para a organização.

A empresa em 2006 apresentou uma rentabilidade de 0,91% chegando em 2008 a 2,33% o que mostra satisfação no crescimento da empresa.

n) Indicadores de lucratividade

MARGEM LÍQUIDA Cálculo Cálculo <u>Cálculo</u> LLE x 100 VL LLE x 100 VL LLE x 100 31/12/2006 31/12/2007 31/12/2008 **18.5**65.500 8.552.400 26.042.700 10.733.385 12.446.611 1,73 % 2,09 % 0.861% Quadro 23: Margem líquida

Fonte: Pesquisas estudo de caso (RODRIGUES - 2009)

Indica quanto a organização consegue de rentabilidade para cada real vendido. Esse índice apresenta-se como importantíssimo, pois irá determinar qual o retorno de cada real vendido na empresa. No caso da empresa em estudo observouse que em 2006 a rentabilidade proporcionada foi de 0,86% do valor das vendas. Já no ano de 2008 essa margem de rentabilidade incrementou-se para 2,09%.

O que significa dizer que para a empresa a sua rentabilidade vê crescendo constantemente o que se caracteriza que quanto maior esse índice melhor será para a empresa, que estará obtendo maiores retornos.

GIRO DO ATIVO

<u>Cálculo</u>	<u>Cálculo</u>	<u>Cálculo</u>
Vendas Aivo	Vendas Aivo	Vendas Aivo
31/12/2006	31/12/2007	31/12/2008
9.973.453 9.384.929	10.733.385 10.421.653	12.446.611 11.156.212
1,06 %	1,03 %	1,12 %

Quadro 24: Giro de ativo

Fonte: Pesquisas estudo de caso (RODRIGUES – 2009)

O giro do ativo indica quanto a empresa vendeu para cada um real de investimento total. No caso da empresa em estudo mesma melhorou sua margem de venda em relação ao investimento total, passando de 1,06 para 1,12.

5 CONCLUSÃO

Atualmente, as empresas estão em meio a um cenário mais competitivo, o que gera impactos na necessidade dos administradores utilizarem instrumentos gerenciais que sejam adequados para a administração dos recursos.

Este trabalho buscou identificar os indicadores de desempenho econômicofinanceiros mais tradicionais para a análise de supermercados. Esses indicadores
possuem como principal função possibilitar a análise da situação econômicofinanceira das empresas a partir das relações entre contas ou grupos de contas das
demonstrações financeiras. Desse modo, tais indicadores sintetizam algumas
informações de difícil visualização direta nessas demonstrações. A aplicação desses
indicadores em supermercados propicia a quantificação dos resultados e a avaliação
do cumprimento dos objetivos e metas, indicando a situação econômica e financeira
dessas instituições.

A Companhia Brasileira de Distribuição em 2008 registrou crescimento de 21,25% nas vendas brutas, que encerraram o ano em R\$ 14,4 bilhões ante os R\$ 11,91 bilhões alcançados em 2006. As vendas líquidas de 2008 somaram R\$ 12,4 bilhões, um incremento de 15,9% em relação ao ano anterior. Os produtos alimentícios representaram 76,0% das vendas totais da Companhia, enquanto os produtos não alimentícios responderam pelos outros 24,0%.

Sem dúvida o ano de 2008 foi excepcional para a Cia Brasileira de Distribuição. Com o lançamento de suas ações no mercado brasileiro, a Companhia se tornou a primeira empresa brasileira de controle pulverizado, modelo que predomina em mercados mais avançados, e que tem permitido às corporações se desenvolverem com amplo acesso aos mercados de capitais.

Nesse contexto, o presente trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa estudo de caso e bibliográfica que objetivou identificar e descrever os indicadores de desempenho econômico-financeiro apresentados pela empresa Cia. Brasileira de Distribuição.

A partir desse trabalho, identificou-se que os indicadores econômicofinanceiros apresentados por cada autor apresentam, de formas diferentes, mas possuem a mesma finalidade. Também se identificou que muitos dos indicadores utilizados pela literatura são úteis de forma que demonstram a real situação econômico-financeiro da empresa de uma maneira mais clara e objetiva. Assim, observando o objetivo da análise para a qual os indicadores seriam selecionados (análise econômico-financeira de supermercado), chegando-se a um possível grupo de principais indicadores para análise de supermercados.

Como resultado deste trabalho, foram identificados indicadores adequados para a análise de supermercados considerando-se a praticidade e a disponibilidade de informações para chegar-se a esses índices: liquidez geral, liquidez imediata, liquidez corrente e liquidez seca, imobilização do patrimônio líquido, participação de capital de terceiros, composição do endividamento, prazo médio de rotação de estoque, prazo médio de recebimento de vendas, margem líquida, giro do ativo, retorno sobre o ativo, retorno sobre o patrimônio líquido.

No que se referem às aplicações práticas, esses indicadores contribuem para o planejamento, controle gerencial e tomada de decisões, pois podem auxiliar na avaliação financeira, de processos, de atividades e de ações desempenhadas nos supermercados. Dada a pouca literatura acerca de indicadores econômico-financeiros para análise específica de supermercados, essa pesquisa apresenta como contribuição teórica o estudo e indicação de indicadores específicos e potencialmente mais adequados para a geração de informações econômicas e financeiras acerca de supermercados.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

______, Alexandre. Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro. 8. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

ATTIE, William. Auditoria: conceitos e aplicações. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BEUREN, Ilse Maria. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações Contábeis**: estrutura, análise e interpretação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

CERVO, Amado Luiz. BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

CHURCHMAN, C. West. **Introdução a teoria dos sistemas**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1972.

IUDICIBUS, Sérgio de; et al. Contabilidade introdutória. 9ª ed. São Paulo: Altas, 1998.

FACHIN, Odília. Fundamentos de Metodologia. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

FERREIRA, Ricardo J. **Contabilidade Básica**: finalmente você vai aprender contabilidade: teoria e questões comentadas: conforme a MP nº 449/08. 7. ed. Rio de Janeiro: ed. Ferreira, 2009.

FIGUEIREDO, Sandra. **Controladoria: Teoria e prática**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Comercial**. 13. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 1990.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo:Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. MARION, José Carlos. FARIA, Ana Cristina. **Introdução à Teoria da Contabilidade** para o nível de graduação. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis:** Contabilidade Empresarial. 3. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

,	José Carlos. Contabilidade Básica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
,	José Carlos. Contabilidade Básica . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
,	José Carlos. Contabilidade Empresarial . 5. ed. São Paulo: Atlas, 1993.
, 2006.	José Carlos. Contabilidade Empresarial . 13ª ed. São Paulo: Atlas,
	ZZO, Dante Carmine. Análise Financeira de Balanços: Abordagem Gerencial. 5. ed. 6. reimpr. São Paulo: Atlas, 1995.

______, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços:** Abordagem Básica e Gerencial. 6. ed. 7. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

NEVES, Silvério das. VICECONTI, Paulo Eduardo. **Contabilidade Avançada:** e análise das demonstrações financeiras. 15. ed. Ver, e atual. São Paulo: Frase Editora, 2007.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro. **Contabilidade tributária**. 1ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações Contábeis:** estrutura e análise. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Básica. São Paulo: Saraiva, 2005.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, José Luiz dos. SCHMIDT, Paulo. GOMES, José Mário Matsumura. **Fundamentos de Auditoria Contábil**. São Paulo: Atlas, 2006. (Coleção resumos de contabilidade; v.19)

SANTOS, José Luiz dos. [et al.]. Contabilidade Geral. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. (Coleção Resumos de Contabilidade)

SILVA, Alexandre Alcântara da. **Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada a contabilidade**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade:** Orientações de Estudos, Projetos, Artigos, Relatórios, Monografias, Dissertações, Teses. 2. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

STEWART, Thomas A. **Capital intelectual**: a nova vantagem competitiva das empresas. 2^a ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

SZUSTER, Natan. [et al.]. **Contabilidade Geral**: introdução à contabilidade societária. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Disponível em: http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br. Acesso em 27 ago. 2009.